ITR
Informações Trimestrais

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega:
Tipo Apresentação: Apresentação
Versão: 1

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DADOS GERAIS	
Nome Empresarial:	NEOENERGIA S.A
Nome Empresarial Anterior:	GUARANIANA S.A.
CNPJ:	01.083.200/0001-18
Código CVM:	01553-9
Data de Reg. na CVM:	08/05/1996
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	08/05/1996
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	13/10/2004
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	14/02/1996
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.neoenergia.com

TIPO DE REGISTRO	
Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria A
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	01/01/2010
Data de Início da Situação:	31/03/2001
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR	
Setor de Atividade:	Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
Descrição da Atividade:	Participação em outras sociedades

CANAIS DE DIVULGAÇÃO	
Nome do Canal	UF do canal
Valor Econômico	RJ
Valor Econômico	RJ

Powered by MZiQ

MOTIVOS DA REAPRESENTAÇÃO

Motivo	Versão
Alteração do Auditor.	3

ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

VALORES MOBILIÁRIOS			
Mercado	Entidade Administradora	Início Relac.	Fim Relac.
Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23/01/2001	
Segmento		Início Neg.	Fim Neg.
Tradicional		17/12/2001	

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:					
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S					
CPF / CNPJ:	61.366.936/0001-25	Código CVM:	00471-5	Tipo:	Juridica
Responsável Técnico					
Início contratação serviço:	10/02/2011	Fim contratação serviço:	31/05/2012		
Nome:	Paulo José Machado	CPF/CNPJ:	014.319.648-08		
Início:	10/02/2011	Fim:	31/05/2012		

Nome / Razão Social Auditor:					
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes					
CPF / CNPJ:	61.562.112/0002-01	Código CVM:	00287-9	Tipo:	Juridica
Responsável Técnico					
Início contratação serviço:	11/07/2012	Fim contratação serviço:			
Nome:	Guilherme Naves Valle	CPF/CNPJ:	541.991.586-34		
Início:	11/07/2012	Fim:			

ESCRITURADOR DE AÇÕES			
UF	Município	Telefone	
RJ	Rio de Janeiro	(21) 3808-3715	
Nome:	Banco do Brasil S.A	CNPJ:	00.000.000/0001-91
Data Inicial:	23/11/2001	Data final:	
Rio de Janeiro			
Logradouro:	Rua Lélio Gama, 105		
Complemento:	26º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-080
DDD:	21	Telefone:	3808-3715
DDD:	21	Fax:	3808-3466
Email:	cqualificada@bb.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome	Tipo
ERIK DA COSTA BREYER	Diretor de Relações com Investidores

Nome:	ERIK DA COSTA BREYER	CPF/CNPJ:	955.093.217-68
Data Inicial:	29/04/2004	Data final:	

Endereço para Correspondência

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	4º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ebreyer@neoenergia.com		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

Contato	Data Inicial	Data Final
Vanessa Vollet Azevedo	01/05/2010	

Rio de Janeiro

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	2º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9825
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DADOS DA EMPRESA / PROVENTOS EM DINHEIRO

Provento			
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	30/03/2012
Início Pagamento:	16/05/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.01350
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	29/06/2012
Início Pagamento:	15/08/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.00972
Dividendo			
Evento:	Assembléia Geral Ordinária	Aprovação:	24/04/2012
Início Pagamento:	15/05/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.03316

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012	01/04/2011 à 30/06/2011	01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.769.312	5.398.857	2.307.884	4.489.716
3.01.01	Receita bruta	3.933.381	7.717.524	3.335.576	6.513.388
3.01.06	(-) Deduções da receita bruta	-1.164.069	-2.318.667	-1.027.692	-2.023.672
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.007.569	-3.729.856	-1.438.396	-2.882.131
3.03	Resultado Bruto	761.743	1.669.001	869.488	1.607.585
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-319.661	-651.266	-248.032	-498.651
3.04.01	Despesas com Vendas	-172.483	-354.405	-110.775	-213.565
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-124.631	-246.670	-113.318	-235.339
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos			-24.187	
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-23.733	-48.891		-49.995
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.186	-1.300	248	248
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	442.082	1.017.735	621.456	1.108.934
3.06	Resultado Financeiro	-33.212	-60.950	-17.145	-37.481
3.06.01	Receitas Financeiras	200.270	438.068	209.711	411.605
3.06.02	Despesas Financeiras	-233.482	-499.018	-226.856	-449.086
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	408.870	956.785	604.311	1.071.453
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.245	-150.068	-93.308	-152.686
3.08.01	Corrente	-79.740	-166.370	-41.383	-105.206
3.08.02	Diferido	17.495	16.302	-51.925	-47.480
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	346.625	806.717	511.003	918.767
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	346.625	806.717	511.003	918.767
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	278.861	668.558	435.387	795.667
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	67.764	138.159	75.616	123.100

3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.04.05.02	Amortização de ágio	-23.733	-48.891		-49.703
3.04.05.02	Amortização de ágio	-23.733	-48.891		-49.995
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	242.243	583.216	391.156	708.185

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012	01/04/2011 à 30/06/2011	01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	278.861	668.558	435.387	795.667
4.02	Outros Resultados Abrangentes	29.096	33.991	15.746	23.212
4.03	Resultado Abrangente do Período	307.957	702.549	451.133	818.879

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	325.130	599.012
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	140.001	141.829
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	667.735	794.845
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.611	1.692
6.01.01.03	Equivalência patrimônial	-583.216	-708.185
6.01.01.05	Amortização de ágio, líquida	48.891	49.703
6.01.01.06	Encargos de dívida e atulaizações monetárias líquidas	-4.484	144
6.01.01.07	Valor residual do ativo intangível/ imobilizado baixado	6.584	3.680
6.01.01.09	Provisão (reversão) para contigênciais cíveis, fiscais e trabalhistas	2.880	-50
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	185.129	457.183
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e demais contas a receber		-62
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais a recupear	-2.275	-1.304
6.01.02.04	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	198.618	469.879
6.01.02.05	Benefício fiscal ágio incorporado		
6.01.02.06	Fundos vinculados		
6.01.02.07	Depósitos judiciais		-2.876
6.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente		
6.01.02.09	Coligadas e controladas	2.555	-12.128
6.01.02.11	Outros ativos	-105	1.706
6.01.02.12	Fornecedores	-437	-195
6.01.02.13	Salários e envargos a pagar	230	160
6.01.02.14	Encargos de dívidas swap		
6.01.02.15	Taxas regulamentares		
6.01.02.16	Obrigações de benefícios/contribuições definidos pós emprego		
6.01.02.17	Impostos e contribuições sociais a recolher	-12.739	2.084
6.01.02.19	Indenizações contingências pagas		
6.01.02.20	Outros passivos	-2	-169

6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-719.041	-202.102
6.02.01	Integralização de capital	-196.601	-26.504
6.02.02	Aquisição de investimentos		-161.652
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-102	-115
6.02.04	Aquisição de intangível	-2.821	-5.313
6.02.05	Títulos e valores mobiliários	-519.517	-8.518
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-411.784	-660.055
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.03.02	Capitação de empréstimos e finaciamentos		
6.03.03	Captação de debêntures		
6.03.04	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-514	-145
6.03.05	Amortização do principal de debêntures		
6.03.06	Coligadas e controladas		
6.03.07	Obrigações vinculadas		
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	-411.270	-659.910
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-805.695	-263.145
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.150.422	2.799.730
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.344.727	2.536.585

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2011 à 30/06/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-268.000	0	-682.408
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-268.000	0	-268.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	795.667	23.212	818.879
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	795.667	0	795.667
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23.212	23.212
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						

5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.230.982	527.667	44.358	1.054.432
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-268.000	0	-682.408
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						

5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-268.000	0	-268.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	795.667	23.212	818.879
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	795.667	0	795.667
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23.212	23.212
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.230.982	527.667	44.358	1.054.432

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.681	1.369
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços		1.327
7.01.02	Outras Receitas		42
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos		42
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.938	-5.754
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.938	-5.754
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.257	-4.385
7.04	Retenções	-50.502	-51.395
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.502	-51.395
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-52.759	-55.780
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	726.753	870.489
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	583.216	708.185
7.06.02	Receitas Financeiras	143.537	162.304
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	673.994	814.709
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	673.994	814.709
7.08.01	Pessoal	2.060	2.832
7.08.01.01	Remuneração Direta	-55	
7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	2.115	2.832

7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	16	115
7.08.01.04.02	Entidades de Previdência privada	110	111
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	51	5
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	98	2
7.08.01.04.05	Provisão para férias e 13 salário	16	13
7.08.01.04.06	Plano de saúde		37
7.08.01.04.07	Indenização trabalhista		
7.08.01.04.08	Administradores	1.656	2.297
7.08.01.04.09	Outros	168	252
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-255	-149
7.08.02.01	Federais	-255	-149
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais		
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.631	16.359
7.08.03.01	Juros	3.545	16.321
7.08.03.02	Aluguéis	86	38
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	668.558	795.667
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	135.878	268.000
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	532.680	527.667
7.08.05	Outros		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/06/2012	31/12/2011
1	Ativo Total	2.275.288	2.158.273
1.01	Ativo Circulante	7.739.179	7.308.509
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.946.335	4.074.308
1.01.02	Aplicações Financeiras	755.838	338.207
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	755.838	338.207
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	755.838	338.207
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	1.986.867	2.092.260
1.01.03.01	Clientes	1.986.867	2.092.260
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques	23.023	22.927
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	492.995	367.874
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	492.995	367.874
1.01.07	Despesas Antecipadas	24.050	24.675
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	510.071	388.258
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	510.071	388.258
1.02	Ativo Não Circulante	1.501.370	1.427.422
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.158.923	3.469.253
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	114.486	139.137
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	114.486	139.137

1.02.01.03	Contas a Receber	781.009	907.912
1.02.01.03.01	Clientes	781.009	907.912
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	161.346	161.101
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	161.346	161.101
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.435	42.511
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.435	42.511
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.100.647	2.218.592
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.02	Investimentos	189.254	163.873
1.02.02.01	Participações Societárias	163.590	136.081
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	163.590	136.081
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	25.664	27.792
1.02.03	Imobilizado	4.143.028	3.752.959
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.329.760	3.378.318
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	813.268	374.641
1.02.04	Intangível	6.522.500	6.888.136
1.02.04.01	Intangíveis	6.522.500	6.888.136
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.04.02	Goodwill		
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e demais contas a receber	1.986.867	2.092.260
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	492.995	367.874

1.01.08.03.01	Fundos Vinculados	26.541	
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	112.536	78.556
1.01.08.03.03	Entidade de previdência privada	9.422	6.555
1.01.08.03.04	Serviços em curso	329.557	271.598
1.01.08.03.05	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	32.015	31.549
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	96.773	89.227
1.02.01.09.06	Benefício - ágio incorporado da controladora	521.959	546.207
1.02.01.09.07	Depósitos Judiciais	336.341	299.200
1.02.01.09.11	Fundos Vinculados	50.278	75.075
1.02.01.09.12	Outros Ativos Não Circulantes	25.774	25.744
1.02.01.09.14	Entidade Previdência Privada	31.905	37.596
1.02.01.09.15	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	2.037.617	1.145.543
1.02.02.02.01	Outros investimentos	25.664	27.792

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/06/2012	31/12/2011
2	Passivo Total	2.275.288	2.158.273
2.01	Passivo Circulante	3.599.753	3.236.128
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	81.547	65.439
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	81.547	65.439
2.01.02	Fornecedores	909.037	808.887
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	909.037	808.887
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	447.504	342.641
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	447.504	342.641
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	447.504	342.641
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.463.775	1.245.604
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	947.617	812.079
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional		
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures	516.158	433.525
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	641.739	727.317
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		3.276
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		3.276
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	641.739	724.041
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	73.353	157.868
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	205.876	256.090
2.01.05.02.05	Entidade previdência privada	14.278	15.233
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	344.700	289.856
2.01.05.02.07	Concessão de Serviço Público (Uso do Bem Público)	3.532	4.994
2.01.06	Provisões	56.151	46.240
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	6.770.042	6.363.618
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.911.482	5.514.414
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.317.048	4.315.250
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional		
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures	1.594.434	1.199.164
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	555.457	558.710
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros	555.457	558.710

2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	64.125	61.159
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	83.230	102.654
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	9.293	10.458
2.02.02.02.06	Entidade previdência privada	278.670	281.188
2.02.02.02.09	Outros Passivos Não Circulantes	50.509	37.062
2.02.02.02.10	Concessão de serviço público (Uso do Bem Público)	69.630	66.189
2.02.03	Tributos Diferidos	22.000	18.217
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.000	18.217
2.02.04	Provisões	281.103	272.277
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.238.308	1.198.298
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288

2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	6.045.590	6.239.613
2.03.04.01	Reserva Legal	493.683	493.683
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.551.907	5.551.907
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		194.023
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	532.680	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	95.391	61.400
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	968.115	940.658

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012	01/04/2011 à 30/06/2011	01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	346.625	806.717	511.003	918.767
4.02	Outros Resultados Abrangentes	33.209	38.893	24.202	29.886
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	379.834	845.610	535.205	948.653
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	307.957	702.549	451.133	818.879
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	71.877	143.061	84.072	129.774
4.02.01	Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	44.080	51.502	23.858	35.170
4.02.02	Tributos s/ ganhos de ativos financeiros disponíveis para venda	-14.984	-17.511	-8.112	-11.958
4.02.01	Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	50.332	58.929	36.685	45.282
4.02.02	Tributos s/ ganhos de ativos financeiros disponíveis para venda	-17.123	-20.036	-12.483	-15.396

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.486.320	1.299.506
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.919.849	1.768.659
6.01.01.01	Lucro antes do imposto	956.785	1.071.453
6.01.01.02	Depreciação e amortização	274.050	267.462
6.01.01.04	Amortização de ágio líquida	48.891	49.995
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais	306.126	295.206
6.01.01.07	Outras receitas e despesas financeiras líquidas		6.323
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível baixado	16.277	17.876
6.01.01.09	Provisão para plano de benefício pós emprego		
6.01.01.11	Provisão (reversão para contingências cíveis, fiscais e trabalhista	26.172	23.217
6.01.01.12	Outras provisões	63	-13.131
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-297.015	-418.309
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-53.154	-48.349
6.01.02.03	Recebimento de dividendos		
6.01.02.04	Fundos vinculados	-1.744	3.898
6.01.02.05	Benefício fiscal ágio incorporado		
6.01.02.06	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-129.649	-53.313
6.01.02.07	Estoques	-96	-3.648
6.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente		
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-28.430	-22.901
6.01.02.11	Outros ativos		
6.01.02.12	Despesas pagas antecipadamente	624	-8.091
6.01.02.13	Fornecedores	103.113	-76.598
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	16.146	6.396
6.01.02.15	Encargos de dívidas e swap pagos	-189.088	-173.646
6.01.02.16	Obrigações de benefícios/contribuições definidos pós emprego		
6.01.02.17	Taxas regulamentares	32.281	36.374

6.01.02.19	Impostos e contribuições a recolher	-35.943	-66.783
6.01.02.20	Outros passivos		
6.01.03	Outros	-136.514	-50.844
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.719.883	-1.006.399
6.02.01	Integralização de capital	-24.280	-18.280
6.02.02	Aquisição de investimentos	-269	-176.894
6.02.03	Alienação de bens do ativo permanente	1.651	2.706
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-452.412	-116.472
6.02.05	Concessão Serviço Publico (Ativo Financeiro)	-6.870	-3.080
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	105.590	-35.949
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	349.826	987.710
6.03.02	Captação de Debêntures	650.000	560.000
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-298.174	-488.118
6.03.04	Amortização do principal de debêntures	-198.018	-394.755
6.03.05	Obrigações vinculadas	131.584	97.459
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros s/ capital próprio	-529.628	-798.245
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-127.973	257.158
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.074.308	3.391.601
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.946.335	3.648.759
6.01.02.18	Coligadas e controladas (Passivo)	-716	88
6.01.01.13	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	290.185	50.506
6.01.01.14	Valor residual do ativo intangível baixado		
6.01.01.15	Equivalência Patrimonial	1.300	-248
6.01.01.16	Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
6.01.01.17	Impostos e contribuições correntes		
6.01.02.09	Fundos vinculados		
6.01.02.18	Entidade de previdência privada	-11.075	-11.648
6.01.03.01	Outros ativos	-80.183	-20.765
6.01.03.03	Outros passivos	-34.718	-5.541

6.01.03.05	Entidade de previdência privada	2.824	
6.01.03.06	Coligadas e controladas	2.145	-12.273
6.01.03.07	Concessão de serviço público (Ativo Financeiro)	907	586
6.01.03.08	Recebimento de dividendos e juros s/ capital próprio	312	
6.01.03.09	Coligadas e controladas (Passivo)	-3.276	3.095
6.01.03.10	Indenização/Contingências pagas	-24.525	-15.946
6.02.06	Aquisição de intangível	-851.865	-682.065
6.02.08	Títulos e valores mobiliários	-385.838	-12.314

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2011 à 30/06/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	0	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	0	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-268.000	0	-682.408	0	-682.408
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-268.000	0	-268.000	0	-268.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	795.667	23.212	818.879	0	818.879
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	795.667	0	795.667	0	795.667
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23.212	23.212	0	23.212

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.230.982	527.667	44.358	1.054.432	0	1.054.432
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	861.643	1.126.949
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	861.643	1.126.949

5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-268.000	0	-682.408	-131.421	-813.829
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408	-110.683	-525.091
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-268.000	0	-268.000	-20.738	-288.738
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	795.667	23.212	818.879	129.774	948.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	795.667	0	795.667	123.100	918.767
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23.212	23.212	6.674	29.886
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								

5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.230.982	527.667	44.358	1.054.432	859.996	1.140.431

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	7.411.979	6.459.047
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.717.524	6.513.388
7.01.02	Outras Receitas	-8.424	-3.837
7.01.02.01	Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-8.424	-3.837
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-297.121	-50.504
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.468.292	-2.742.783
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-107.944	-77.585
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.157.619	-927.622
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-2.202.729	-1.737.576
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-1.907.253	-1.489.434
7.02.04.02	Encargos de uso de rede básica de transmissão	-295.476	-248.142
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.943.687	3.716.264
7.04	Retenções	-327.681	-317.457
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-327.681	-317.457
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.616.006	3.398.807
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	436.768	411.853
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.300	248
7.06.02	Receitas Financeiras	438.068	411.605
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.052.774	3.810.660
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.052.774	3.810.660
7.08.01	Pessoal	211.887	210.600
7.08.01.01	Remuneração Direta	143.352	123.692
7.08.01.02	Benefícios		

7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	68.535	86.908
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	30.544	28.055
7.08.01.04.02	Entidade de previdênciária privada	10.546	10.833
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	14.618	12.200
7.08.01.04.04	Convênnio assistencial e outros benefícios	5.769	5.666
7.08.01.04.05	Incentivo a aponsentadoria e demissão voluntária	5.721	2.711
7.08.01.04.06	Provisão para férias e 13º salário	31.443	27.845
7.08.01.04.07	Plano de saúde	11.085	8.720
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhistas	3.264	4.520
7.08.01.04.09	Participações no resultado	20.489	38.897
7.08.01.04.10	Adiministradores	6.021	7.064
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	982	1.189
7.08.01.04.12	(-) transferências para ordens	-73.387	-61.888
7.08.01.04.13	Custos imobilizados / intangíveis		
7.08.01.04.14	Outros	1.440	1.096
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.528.390	2.226.561
7.08.02.01	Federais	1.204.536	1.086.363
7.08.02.02	Estaduais	1.314.075	1.131.614
7.08.02.03	Municipais	9.779	8.584
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	505.780	454.732
7.08.03.01	Juros	495.170	444.383
7.08.03.02	Aluguéis	6.762	5.646
7.08.03.03	Outras	3.848	4.703
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	806.717	918.767
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	135.878	268.000
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	532.680	527.667
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	138.159	123.100
7.08.05	Outros		

Powered by MZiQ

Relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Neoenergia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Neoenergia S.A. ("Neoenergia" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações
intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações
intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado findo em 30 de junho de 2011, obtidas das informações

Powered by MZiQ

mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de junho de 2011, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A

revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 25 de julho de 2011 e 23 de janeiro de 2012, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Powered by MZiQ

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

A NEOENERGIA, como holding que não efetua diretamente atividades operacionais, reflete em suas demonstrações financeiras principalmente o resultado das operações de suas empresas controladas. No 2º trimestre de 2012, as empresas controladas da NEOENERGIA apresentaram o seguinte desempenho:

1. DESEMPENHO OPERACIONAL DAS CONTROLADAS:

1.1. No segmento de distribuição:

a) Evolução do número de clientes:

Em março de 2012, o número consolidado de clientes das controladas COELBA, CELPE e COSERN foi de 9.502.479, representando um crescimento de 2,38% em relação a junho de 2011.

Em termos de participação, a classe residencial continua representando 87% da quantidade de clientes cativos, seguido pela classe comercial com 6% e a classe rural com 5%.

Evolução do número de clientes ativos

	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	Variação horizontal	
Residencial	8.304.353	8.099.829	87,4%	87,3%	204.524	2,53%
Industrial	37.756	39.561	0,4%	0,4%	-1.805	-4,56%
Comercial	590.491	586.209	6,2%	6,3%	4.282	0,73%
Rural	445.522	435.547	4,7%	4,7%	9.975	2,29%
Poder Público	81.490	79.799	0,9%	0,9%	1.691	2,12%
Iluminação Pública	27.379	26.660	0,3%	0,3%	719	2,70%
Serviço Público	13.942	12.794	0,1%	0,1%	1.148	8,97%
Consumo Próprio	1.507	1.367	0,0%	0,0%	140	10,24%
Suprimento	39	42	0,0%	0,0%	-3	-7,14%
Total	9.502.479	9.281.808	100,0%	100,0%	220.671	2,38%

b) Evolução do volume de energia vendida no mercado cativo

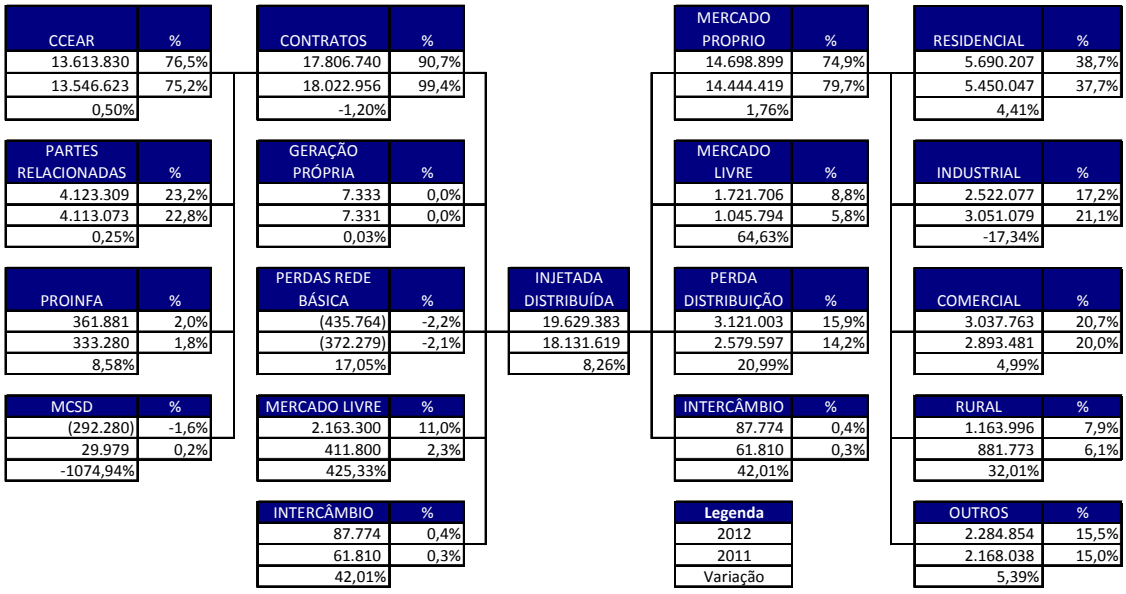
Em relação à quantidade de energia vendida a clientes cativos, no 2º trimestre de 2012, o fornecimento consolidado de energia elétrica das distribuidoras foi de 14.698.897 MWh (14.444.419 MWh no 2º trimestre de 2011) apresentando um acréscimo de 1,76%.

Apesar da classe residencial representar 87% em quantidade de consumidores, sua participação no volume de energia vendida foi de 38,7% em 2012, tendo as classes industrial e comercial participação de 17,2% e 20,7%, respectivamente.

Segue abaixo a composição por classe do volume de vendas no mercado cativo:

	Evolução do mercado de clientes cativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	Variação horizontal	
Residencial	5.690.207	5.450.047	38,7%	37,7%	240.160	4,41%
Industrial	2.520.976	3.051.079	17,2%	21,1%	-530.103	-17,37%
Comercial	3.037.763	2.893.481	20,7%	20,0%	144.282	4,99%
Rural	1.165.097	881.773	7,9%	6,1%	283.324	32,13%
Poder Público	751.188	712.782	5,1%	4,9%	38.405	5,39%
Iluminação Pública	668.799	634.606	4,5%	4,4%	34.193	5,39%
Serviço Público	848.450	805.072	5,8%	5,6%	43.378	5,39%
Consumo Próprio	16.417	15.578	0,1%	0,1%	839	5,39%
Total	14.698.898	14.444.419	100,0%	100,0%	254.478	1,76%

c) Balanço Energético



O Balanço Energético das controladas Coelba, Celpe e Cosern indicam que do montante da energia injetada subiu 8,26%, sendo que 74,9% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 8,8% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio das distribuidoras exigiu 14.698.899 MWh , de energia durante o semestre, representando um aumento de 1,76% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar do crescimento vegetativo da carga, a variação sofreu influência da migração de clientes para o ambiente de contratação livre (ACL).

Por outro lado, O mercado livre exigiu a entrega de 1.721.706 MWh de energia durante o semestre, representando uma aumento de 64,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente a migração de clientes para o

Ambiente de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido daqueles que migraram no trimestre.

d) Tarifas

Os seguintes reajustes tarifários foram concedidos no ano de 2012:

COELBA - a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos. As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

CELPE - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou na reunião pública de diretoria realizada em 24 de abril de 2012 o reajuste tarifário anual da Companhia de 7,71%, sendo 7,70% relativo ao reajuste econômico e de 0,01% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 5,41% a ser percebido pelos consumidores.
As novas tarifas entrarão em vigor a partir do próximo dia 29 de abril de 2012 com vigência até 28 de abril de 2013.
Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 5,41%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio também foi de 5,41%.
A ANEEL deverá publicar no Diário Oficial da União Resolução Homologatória quanto ao resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia nos próximos dias.

COSERN - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.
O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013

e) Investimentos:

Os investimentos efetuados pelas três empresas de distribuição (Coelba, Celpe e Cosern) foram de R$ 850,3 milhões no 1º semestre de 2012. Esses recursos foram destinados, principalmente, à ampliação da rede de distribuição de energia e para a melhoria da qualidade do serviço.

	2º trimestre 2012		Acumulado 2012	
	Investimento total	Subvenções	Investimento	Subvenções
Geração	748.734	-	764.234	-
Distribuição	446.348	6.626	830.802	69.457
Comercialização	104	-	198	-
Administração	12.645	-	18.530	-
	1.207.831	6.626	1.613.764	69.457

f) Programa Luz Para Todos:

O Programa luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público e foi prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A Coelba faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R$ 2,8 bilhões, com participação financeira da Coelba, do Governo Federal e do Governo Estadual.

O número de ligações efetuadas nas três distribuidoras até 30 de junho de 2012 esta demonstrado abaixo:

	Total	**COELBA**	**CELPE**	**COSERN**
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Ligações executadas em 2011	39.888	39.888	-	-
Ligações executadas em 2012	14.369	14.369	-	-
Total	650.469	483.103	114.841	52.525
Em execução	2.611	2.611	-	-
A executar	30.390	30.390	-	-
Ligações previstas pelo programa (*)	683.470	516.104	114.841	52.525

1.2. No segmento de geração e outros

a) Investimentos

No 1º semestre de 2012 foram investidos R$ 474 milhões no segmento de geração, principalmente na reforma das turbinas de Termopernambuco, construção das UHE Telespires e dos parques eólicos da Força Eólica do Brasil (Joint-venture).

Foram realizados ainda investimentos em aquisição de terras em Corumba III e Termopernambuco para reparo da UG 01.

R$ mil	30/06/2012
NEOINVEST	353
ITAPEBI	706
TERMOPERNAMBUCO	38.806
BAGUARI I	71
GOIAS SUL	916
GERAÇÃO CIII	2.509
RIO PCH I	941
BAHIA PCH I	781
SE NARANDIBA	6.669
ÁGUAS DA PEDRA	1.419
GERAÇÃO CÉU AZUL	316
NEOSERV	981
AFLUENTE G	601
AFLUENTE T	201
ENERGYWORKS	727
CAPUAVA	2
TELESPIRES	279.512
EÓLICAS	138.625
Total	474.136

Foram ainda realizados em 2012 investimentos no montante de R$ 1,5 bilhões na UHE Belo Monte, aonde Neoenergia possui participação de 10% através da Norte Energia S/A e investimentos no montante de R$ 279 milhões na UHE Teles Pires, com participação da Neoenergia de 50,1% através na Cia Energética Teles Pires.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS:

Como se trata de uma empresa holding, a NEOENERGIA depende diretamente dos resultados operacionais apurados em suas controladas.

O lucro líquido consolidado do 2º trimestre de 2012 foi de R$ 278.861 mil (R$ 435.387 mil no 1º trimestre de 2011).

O EBITDA do 2º trimestre de 2012 foi de R$ 613.850 mil (R$ 787.283 mil no 2º trimestre de 2011), representando um acréscimo de -22,03%. Esta variação deve-se principalmente ao aumento das perda com crédito nas distribuidoras Coelba e Celpe, em contra partida da entrada em operação comercial da UHE Dardanelos e as melhores margens obtidas na comercializadora NC Energia.

Abaixo seguem as demonstrações do resultado do exercício do 1º semestre de 2012 e 2011.

Em R$ mil

Descrição	2º Trimestre			Acumulado		
	2012	2011	Variação 2011/2010	2012	2011	Variação 2011/2010
Receita Bruta	3.933.381	3.335.576	17,92%	7.717.524	6.513.388	18,49%
Deduções da Receita Bruta	(1.164.069)	(1.027.692)	13,27%	(2.318.667)	(2.023.672)	14,58%
Receita Líquida	**2.769.312**	**2.307.884**	**19,99%**	**5.398.857**	**4.489.716**	**20,25%**
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.007.569)	(1.438.396)	39,57%	(3.729.856)	(2.882.131)	29,41%
Resultado Bruto	**761.743**	**869.488**	**-12,39%**	**1.669.001**	**1.607.585**	**3,82%**
Margem Bruta	**27,51%**	**37,67%**		**30,91%**	**35,81%**	
Outras Despesas Operacionais	(297.114)	(224.093)	32,59%	(601.075)	(448.904)	33,90%
Resultado do serviço	**464.629**	**645.395**	**-28,01%**	**1.067.926**	**1.158.681**	**-7,83%**
Depreciação e Amortização	(146.449)	(135.384)	8,17%	(278.790)	(267.462)	4,24%
EBITDA	**613.850**	**787.283**	**-22,03%**	**1.353.476**	**1.431.972**	**-5,48%**
Margem do EBITDA	**22,17%**	**34,11%**		**25,07%**	**31,89%**	
Resultado Financeiro	(33.212)	(17.144)	93,72%	(60.950)	(37.481)	62,62%
Amortização de Ágio / Investimento	(22.547)	(23.939)	-5,81%	(50.191)	(49.747)	0,89%
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição social	**408.870**	**604.311**	**-32,34%**	**956.785**	**1.071.453**	**-10,70%**
IR e CSLL	(62.245)	(93.308)	-33,29%	(150.068)	(152.686)	-1,71%
Participação Acionistas não Controladores	(67.764)	(75.616)	-10,38%	(138.159)	(123.100)	12,23%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**278.861**	**435.387**	**-35,95%**	**668.558**	**795.667**	**-15,98%**
Margem Líquida	**10,07%**	**18,87%**		**12,38%**	**17,72%**	

As principais variações ocorridas nos nove primeiros meses do ano foram:

- Receita Bruta: crescimento de 18,49% conforme demonstrado abaixo, principalmente em:
    - Fornecimento faturado e subvenção à tarifa social baixa renda – incremento de mercado combinado com incremento ocorrido no reajuste tarifário. Cabe ressaltar a migração de consumidores baixa renda para a tarifa residencial em função das novas normas de classificação de consumidores determinadas pela ANEEL
    - Suprimento – aumento da energia vendida, principalmente em função da entrada em operação comercial da UHE Dardanelos
    - Receita de construção – em função do incremento em investimentos

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	REAIS			
	30/06/2012	30/06/2011	VARIAÇÃO	
			R$	%
Residencial	2.575.692	2.131.520	444.172	20,84%
Industrial	855.540	907.264	(51.724)	-5,70%
Comercial	1.469.199	1.283.290	185.909	14,49%
Rural	256.847	193.842	63.005	32,50%
Poder Público	333.936	289.280	44.656	15,44%
Iluminação Pública	154.984	140.397	14.587	10,39%
Serviço Público	234.990	201.609	33.381	16,56%
Fornecimento faturado	**5.881.189**	**5.147.202**	**733.986**	**14,26%**
Fornecimento não faturado	9.290	21.000	(11.710)	-55,76%
Total Fornecimento	**5.890.479**	**5.168.202**	**722.277**	**13,98%**
Suprimento	452.994	255.109	197.885	77,57%
Subvenção à tarifa social baixa renda	286.452	210.454	75.998	36,11%
Receita de Concessão	19.095	22.289	(3.194)	-14,33%
Receita de Uso da Rede Básica	190.951	134.938	56.013	41,51%
CCEE	41.868	54.660	(12.792)	-23,40%
Receita de Construção	744.252	602.867	141.385	23,45%
Outras Receitas	91.433	64.869	26.564	40,95%
TOTAL GERAL	**7.717.524**	**6.513.388**	**1.204.136**	**18,49%**

- Deduções da receita bruta: incremento de R$ 294.995 mil, conforme demonstrado abaixo, principalmente devido a:
    - Maior recolhimento de impostos em função do maior faturamento
    - Incremento no valor de encargos setoriais conforme determinado pela ANEEL

Descrição	30/06/12	30/06/11	Variação	%
Deduções da Receita Bruta				
Impostos:				
ICMS	(1.314.075)	(1.131.614)	(182.461)	16,1%
PIS	(118.855)	(100.968)	(17.887)	17,7%
COFINS	(547.563)	(465.363)	(82.200)	17,7%
ISS	(4.698)	(3.645)	(1.053)	28,9%
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(61.277)	(47.981)	(13.296)	27,7%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(37.733)	(34.002)	(3.731)	11,0%
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(169.309)	(187.927)	18.618	-9,9%
Programa de Eficientização Energética - PEE	(24.008)	(16.829)	(7.179)	42,7%
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(7.887)	(6.721)	(1.166)	17,3%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(3.944)	(3.360)	(584)	17,4%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(13.888)	(12.240)	(1.648)	13,5%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(2.081)	(1.948)	(133)	6,8%
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(11.832)	(10.081)	(1.751)	17,4%
Outros	(1.517)	(993)	(524)	52,8%
Total	**(2.318.667)**	**(2.023.672)**	**(294.995)**	**14,6%**

- Custos de bens e serviços e outras despesas operacionais: incremento de R$ 999.896 mil, conforme demonstrado abaixo, principalmente devido a:
    - Energia elétrica comprada para revenda - incremento no montante de energia comprada e no seu custo médio
    - Receita de construção – em função do incremento em investimentos
    - Incremento na provisão de PCLD - maior inadimplência observada no trimestre acrescido do maior número de ações de cobrança

Descrição	30/06/12	30/06/11	Variação	%
Combustível para produção de energia	(107.944)	(77.585)	(30.359)	39,1%
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(10.537)	(9.983)	(554)	5,5%
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(9.701)	(4.999)	(4.702)	94,1%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.907.253)	(1.489.434)	(417.819)	28,1%
Encargos de uso do sistema transmissão	(295.476)	(248.142)	(47.334)	19,1%
Total Parcela A	**(2.330.911)**	**(1.830.143)**	**(500.768)**	**27,4%**
Pessoal	(229.805)	(222.926)	(6.879)	3,1%
Administradores	(5.872)	(7.123)	1.251	-17,6%
Entidade de previdência privada	(10.546)	(10.833)	287	-2,6%
Material	(13.052)	(13.987)	935	-6,7%
Serviços de terceiros	(353.344)	(259.444)	(93.900)	36,2%
Arrendamentos e alugueis	(6.762)	(5.646)	(1.116)	19,8%
Tributos	(5.081)	(4.939)	(142)	2,9%
Provisões Líquidas - PCLD	(297.121)	(50.504)	(246.617)	488,3%
Provisões Líquidas - Contingências	1.318	(9.997)	11.315	-113,2%
Provisões atuariais	-	-	-	0,0%
Outros	(56.713)	(45.162)	(11.551)	25,6%
Total Parcela A	**(976.978)**	**(630.561)**	**(346.417)**	**54,9%**
Depreciação e amortização	(278.790)	(267.462)	(11.328)	4,2%
Custo de construção	(744.252)	(602.869)	(141.383)	23,5%
Total custos / despesas	**(4.330.931)**	**(3.331.035)**	**(999.896)**	**30,0%**

A conciliação entre o EBITDA e lucro líquido segue apresentada abaixo:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	Ano			Trimestre		
	2012	2011	Var. %	2012	2011	Var. %
Lucro Líquido	668.558	795.667	-16%	278.861	435.387	-36%
Amortização ágio e reversão PMIPL	50.191	49.747	1%	22.547	23.939	-6%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	150.068	152.686	-2%	62.245	93.308	-33%
Resultado Financeiro	60.950	37.481	63%	33.212	17.144	94%
Despesas não operacionais	6.760	5.829	16%	2.908	6.504	-55%
Depreciação e amortização	278.790	267.462	4%	146.449	135.384	8%
Participações minoritárias	138.159	123.100	12%	67.764	75.616	-10%
(=) EBITDA	1.353.476	1.431.972	-5%	613.986	787.283	-22%

A composição do EBITDA e lucro líquido por empresa controlada acumulado até março de 2012 e 2011:

	Composição do Lucro líquido				Composição do EBITDA			
	30/06/12	% Vertical	30/06/11	% Horizontal	30/06/12	% Vertical	30/06/11	% Horizontal
Controladora (sem equivalência)	85.342		86.933		(3.719)		(7.930)	-53%
Distribuidoras:								
COELBA	354.851	68%	408.289	-13%	657.304	67%	674.304	-3%
CELPE	37.798	7%	160.242	-76%	145.827	15%	313.110	-53%
COSERN	127.716	25%	87.673	46%	178.150	18%	138.427	29%
Subtotal	**520.365**	**100%**	**656.205**	**-21%**	**981.281**	**189%**	**1.125.841**	**-13%**
Geradoras:								
ITAPEBI	93.920	53%	27.284	244%	123.210	37%	53.286	131%
TERMOPE	(7.904)	-4%	45.520	-117%	25.710	8%	107.234	-76%
BAGUARI	7.554	4%	5.402	40%	21.279	6%	17.597	21%
GOIÁS SUL	5.578	3%	1.532	264%	14.322	4%	12.079	19%
GERAÇÃO CIII	9.388	5%	8.161	15%	18.441	5%	16.756	10%
RIO PCH I	6.272	4%	6.626	-5%	14.532	4%	14.383	1%
BAHIA PCH I	8.685	5%	3.978	118%	13.300	4%	13.021	2%
SE NARANDIBA	1.448	1%	(347)	-517%	2.652	1%	(33)	-8136%
ÁGUAS DA PEDRA	28.780	16%	42.447	-32%	70.132	21%	45.155	55%
TERMOAÇU	2.048	1%	1.573	30%	5.603	2%	2.477	126%
GERAÇÃO CÉU AZUL	(39)	0%	(22)	77%	(45)	0%	(18)	150%
AFLUENTE G	5.901	3%	3.548	66%	7.126	2%	5.081	40%
AFLUENTE T	9.580	5%	10.122	-5%	9.185	3%	9.516	-3%
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(443)	0%	4.524	-110%	(42)	0%	(2)	-
NORTE ENERGIA	-	0%	643	-	-	0%	(2.300)	-
ENERGYWORKS	7.781	4%	(60)	-	11.827	4%	2.037	-
CAPUAVA	2.730	2%	1.125	-	3.175	1%	1.351	-
ECIII	-	0%	-	-	-	0%	-	-
TELES PIRES	(4.250)	-2%	-	-	(4.042)	-1%	-	-
Subtotal	**177.029**	**100%**	**162.056**	**9%**	**336.365**	**100%**	**297.619**	**13%**
Outros								
NEOINVEST	1		197	-99%	(68)	0%	-	
NC ENERGIA	26.433		7.617	247%	34.793	20%	4.490	675%
NEOSERV	2.285		940	143%	3.633	2%	2.063	76%
Outras participações								
Controladora e Consolidado	**668.558**		**795.667**	**-16%**	**1.353.476**		**1.431.972**	**-5%**

3. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO:

As empresas do grupo Neoenergia efetuaram novas captações para fins de alongamento do perfil de suas dívidas. Destaques para as negociações ocorridas em 27 de abril:

COELBA - Eletrobrás – Em 10/01/2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Neste trimestre foi liberado o montante de R$ 30.514.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em 26/04/2012 o montante de R$ 70.000 para financiamento dos investimentos realizados

em 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio e novembro de 2011.

CELPE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R$ 38.410 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março de 2011.

COSERN - Ingresso de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 12.000, para financiamento dos investimentos realizados no 2º trimestre de 2012, provenientes do Contrato de Financiamento. Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011.

TERMOPE - Em 21 de maio de 2012, a controlada realizou captação de recursos no montante de R$ 120.000, para pré-pagamento de sua dívida com o BNDES e cobertura de caixa. A captação foi realizada em moeda estrangeira junto ao Banco Tokyo-Mitsubishi, com swap para taxa de 110% do CDI, prazo de 5 anos, pagamento de principal ao final do contrato, pagamentos de juros trimestrais. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval.

CIA. TELESPIRES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 450.000 este para financiar parte dos investimentos na UHE Teles Pires, provenientes do Contrato de Financiamento empréstimo ponte Nº 11.2.1225.1 assinado em 14 dezembro de 2011 e aditado em 13 junho de 2012, sendo esta amortização bullet

TELESPIRES PARTICIÇÕES - 1º Emissão de debêntures Privada com único Debenturista FI-FGTS – montante de R$ 650.000 para financiamento parte dos investimentos na UHE Teles Pires, proveniente do instrumento particular da primeira emissão privada de debêntures, assinado em maio de 2012, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do cdi acrescida de spread de 0,7% a.a. e juros pagos semestralmente a partir de novembro de 2015. Foram dadas como garantia, a garantia fidejussória da fiadora Neoenergia e como garantia Real a conta reserva a ser mantida pela emissora.

Em março de 2011 o endividamento total da Companhia era de R$ 7.375 milhões, sendo R$ 1.464 milhão de curto prazo (19,85%) e R$ 5.911 milhões de longo prazo (80,15%).

Os principais indicadores econômico-financeiros estão abaixo apresentados, sendo que a redução da margem EBITDA deve-se principalmente ao incremento da receita de construção:

Dados Econômico-Financeiros	2012	2011	Variação
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	7.717.524	6.513.388	18,5%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	5.398.857	4.489.716	20,2%
EBITDA (R$ mil)	1.353.476	1.431.972	-5,5%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	1.067.926	1.158.681	-7,8%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	(60.950)	(37.481)	62,6%
Lucro Líquido (R$ mil)	668.558	795.667	-16,0%
Ativo Total (R$ mil)	22.752.884	21.582.730	5,4%
Dívida Bruta (R$ mil)	7.375.257	6.760.191	9,1%
Dívida Líquida (R$ mil) *	2.481.779	2.133.038	16,3%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	11.414.974	11.042.326	3,4%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	25,1%	31,9%	-6,82 p.p
Margem EBIT	19,8%	25,8%	-6,03 p.p
Margem Líquida	12,4%	17,7%	-5,34 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	22,2	38,2	-41,9%
Dívida Bruta/EBITDA**	2,7	2,4	15,4%
Índice de Endividamento Líquido	17,9%	16,2%	1,67 p.p
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R$)	1,95	1,89	3,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,11	0,27	-56,9%

* Dívida líquida de disponibilidades
** EBITDA 6 meses
p.p - Pontos Percentuais

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	2.344.727	3.150.422	3.946.335	4.074.308
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(7)	62	62	1.986.867	2.092.260
Títulos e valores mobiliários	(8)	579.040	59.523	755.838	338.207
Impostos e Contribuições a recuperar	(9)	103.300	101.025	492.995	367.874
Estoques		-	-	23.023	22.927
Fundos vinculados		-	-	26.541	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	24.050	24.675
Entidade de previdência privada		-	-	9.422	6.555
Serviços em curso	(11)	-	-	329.557	271.598
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	32.015	31.549
Outros ativos circulantes	(13)	10.146	10.107	112.536	78.556
TOTAL DO CIRCULANTE		3.037.275	3.321.139	7.739.179	7.308.509
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(7)	-	-	781.009	907.912
Títulos e valores mobiliários	(8)	-	-	114.486	139.137
Impostos e contribuições a recuperar	(9)	-	-	96.773	89.227
Coligadas e controladas		22.636	54.970	1.435	42.511
Dividendos a receber		459.759	67.386	-	-
Juros sobre capital próprio a receber		22.293	64.662	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	30.129	29.164	161.346	161.101
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		-	-	521.959	546.207
Fundos vinculados		-	-	50.278	75.075
Depósitos judiciais	(12)	100.513	95.764	336.341	299.200
Entidade de previdência privada		-	-	31.905	37.596
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	2.037.617	1.145.543
Outros ativos não circulantes	(13)	15.201	15.135	25.774	25.744
Investimentos	(14)	7.804.859	7.558.785	189.254	163.873
Investimentos em coligadas e controladas		7.804.859	7.558.785	163.590	136.081
Outros investimentos		-	-	25.664	27.792
Imobilizado	(15)	26.743	27.268	4.143.028	3.752.959
Intangível	(17)	51.352	56.099	6.522.500	6.888.136
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.533.485	7.969.233	15.013.705	14.274.221
TOTAL DO ATIVO		11.570.760	11.290.372	22.752.884	21.582.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais--Continuação
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
PASSIVO		30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	1.985	2.422	909.037	808.887
Empréstimos e financiamentos	(19)	1.006	762	947.617	812.079
Debêntures	(20)	-	-	516.158	433.525
Salários e encargos a pagar	(21)	446	216	81.547	65.439
Taxas regulamentares	(22)	-	-	344.700	289.856
Impostos e contribuições a recolher	(23)	4.825	17.422	447.504	342.641
Dividendos e juros sobre capital próprio	(24)	52.541	133.910	73.353	157.868
Provisões	(25)	13	-	56.151	46.240
Entidade de previdência privada		-	-	14.278	15.233
Coligadas e controladas		272	1.010	-	3.276
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	3.532	4.994
Outros passivos circulantes	(26)	3	5	205.876	256.090
TOTAL DO CIRCULANTE		61.091	155.747	3.599.753	3.236.128
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	-	-	64.125	61.159
Empréstimos e financiamentos	(19)	5.418	5.911	4.317.048	4.315.250
Debêntures	(20)	-	-	1.594.434	1.199.164
Taxas regulamentares	(22)	-	-	83.230	102.654
Impostos e contribuições a recolher	(23)	-	-	9.293	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	-	-	22.000	18.217
Provisões	(25)	89.232	86.365	281.103	272.277
Entidade de previdência privada		-	-	278.670	281.188
Coligadas e controladas		45	23	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	69.630	66.189
Outros passivos não circulantes	(26)	-	-	50.509	37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		94.695	92.299	6.770.042	6.363.618
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(27)				
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucro		6.045.590	6.045.590	6.045.590	6.045.590
Outros resultados abrangentes		95.391	61.400	95.391	61.400
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	194.023	-	194.023
Lucro/Prejuízo acumulado		532.680	-	532.680	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.414.974	11.042.326	11.414.974	11.042.326
Participação dos não controladores				968.115	940.658
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				12.383.089	11.982.984
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.570.760	11.290.372	22.752.884	21.582.730

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos resultados dos períodos
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
		30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
RECEITA LÍQUIDA	(28)	**788**	**367**	**1.526**	**1.327**	**2.769.312**	**2.307.884**	**5.398.857**	**4.489.716**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(29)	-	-	-	-	**(2.007.569)**	**(1.438.396)**	**(3.729.856)**	**(2.882.131)**
LUCRO BRUTO		**788**	**367**	**1.526**	**1.327**	**761.743**	**869.488**	**1.669.001**	**1.607.585**
Despesas com vendas	(29)	-	-	-	-	(172.483)	(110.775)	(354.405)	(213.565)
Despesas gerais e administrativas	(29)	(4.257)	(6.785)	(8.108)	(10.949)	(124.631)	(113.318)	(246.670)	(235.339)
Resultado de participações societárias		218.510	367.261	534.325	658.482	(22.547)	(23.939)	(50.191)	(49.747)
Equivalência patrimonial	(14)	242.243	391.156	583.216	708.185	1.186	248	(1.300)	248
Amortização de ágio	(14)	(23.733)	(23.895)	(48.891)	(49.703)	(23.733)	(24.187)	(48.891)	(49.995)
LUCRO OPERACIONAL		**215.041**	**360.843**	**527.743**	**648.860**	**442.082**	**621.456**	**1.017.735**	**1.108.934**
Receitas financeiras	(30)	65.264	81.439	143.537	162.304	200.270	209.711	438.068	411.605
Despesas financeiras	(30)	(1.771)	(8.338)	(3.545)	(16.321)	(233.482)	(226.856)	(499.018)	(449.086)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**278.534**	**433.944**	**667.735**	**794.843**	**408.870**	**604.311**	**956.785**	**1.071.453**
Imposto de renda e contribuição social	(10)	**327**	**1.443**	**823**	**824**	**(62.245)**	**(93.308)**	**(150.068)**	**(152.686)**
Corrente	(10)	(143)	942	(143)	(154)	(138.196)	(107.861)	(280.307)	(221.692)
Diferido	(10)	470	501	966	978	17.495	(38.479)	16.302	(21.383)
Imposto de renda - SUDENE	(10)	-	-	-	-	**70.745**	**66.478**	**138.768**	**116.486**
Amortização ágio e reversão PMIPL	(10)	-	-	-	-	**(12.289)**	**(13.446)**	**(24.831)**	**(26.097)**
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**278.861**	**435.387**	**668.558**	**795.667**	**346.625**	**511.003**	**806.717**	**918.767**
Participações dos acionistas não controladores		-	-	-	-	**(67.764)**	**(75.616)**	**(138.159)**	**(123.100)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**278.861**	**435.387**	**668.558**	**795.667**	**278.861**	**435.387**	**668.558**	**795.667**
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO:									
Ordinária		0,05	0,07	0,11	0,14	0,05	0,07	0,11	0,14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Lucro do período	**278.861**	**435.387**	**668.558**	**795.667**	**346.625**	**511.003**	**806.717**	**918.767**
Outros resultados abrangentes								
Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	44.080	23.858	51.502	35.170	50.332	36.685	58.929	45.282
Tributos s/ ganhos de ativos financeiros disponíveis para venda	(14.984)	(8.112)	(17.511)	(11.958)	(17.123)	(12.483)	(20.036)	(15.396)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**29.096**	**15.746**	**33.991**	**23.212**	**33.209**	**24.202**	**38.893**	**29.886**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**307.957**	**451.133**	**702.549**	**818.879**	**379.834**	**535.205**	**845.610**	**948.653**
Atribuível a:								
Acionistas controladores	307.957	451.133	702.549	818.879	307.957	451.133	702.549	818.879
Acionistas não controladores	-	-	-	-	71.877	84.072	143.061	129.774

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011
Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas controladores									
			Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326	940.658	11.982.984
Aprovação de dividendos propostos										
Lucro líquido do período						668.558		668.558	138.159	806.717
Ganho sobre ativo disponível para a venda					33.991			33.991	4.902	38.893
Destinações:										-
Juros sobre capital próprio						(135.878)		(135.878)		(135.878)
Dividendos adicionais							(194.023)	(194.023)	(115.604)	(309.627)
Saldos em 30 de junho de 2012	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	95.391	532.680	-	11.414.974	968.115	12.383.089

	Atribuível aos acionistas controladores									
			Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	21.146	-	414.408	10.407.849	861.643	11.269.492
Aprovação de dividendos propostos							(414.408)	(414.408)	(110.683)	(525.091)
Lucro líquido do período						795.667		795.667	123.100	918.767
Ganho sobre ativo disponível para a venda					23.212			23.212	6.674	29.886
Destinações:										
Reserva legal										
Reserva de retenção de lucros										
Juros sobre capital próprio						(268.000)		(268.000)	(20.738)	(288.738)
Dividendos adicionais										
Saldos em 30 de junho de 2011	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	44.358	527.667	0	10.544.320	859.996	11.404.316

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11 Reclassificado	30/06/12	30/06/11 Reclassificado
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	667.735	794.845	956.785	1.071.453
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	1.611	1.692	274.050	267.462
Equivalência patrimonial	(583.216)	(708.185)	1.300	(248)
Amortização de ágio, líquida	48.891	49.703	48.891	49.995
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(4.484)	144	306.126	295.206
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	-	-	-	6.323
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	6.584	3.680	16.277	17.876
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	2.880	(50)	26.172	23.217
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	290.185	50.506
Outras provisões	-	-	63	(13.131)
	140.001	141.829	1.919.849	1.768.659
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	-	(62)	(53.154)	(48.349)
Impostos e contribuições a recuperar	(2.275)	(1.304)	(129.649)	(53.313)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	198.618	469.879	312	-
Estoques	-	-	(96)	(3.648)
Fundos Vinculados	-	-	(1.744)	3.898
Depósitos judiciais	-	(2.876)	(28.430)	(22.901)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	624	(8.091)
Entidade de previdência privada	-	-	2.824	-
Coligadas e controladas	2.555	(12.128)	2.145	(12.273)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	907	586
Outros ativos	(105)	1.706	(80.183)	(20.765)
	198.793	455.215	(286.444)	(164.856)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(437)	(195)	103.113	(76.598)
Salários e encargos a pagar	230	160	16.146	6.396
Encargos de dívidas e swap pagos	-	-	(189.088)	(173.646)
Taxas regulamentares	-	-	32.281	36.374
Impostos e contribuições a recolher	(12.739)	2.084	(35.943)	(66.783)
Coligadas e controladas	(716)	88	(3.276)	3.095
Indenizações/contingências pagas	-	-	(24.525)	(15.946)
Entidade de previdência privada	-	-	(11.075)	(11.648)
Outros passivos	(2)	(169)	(34.718)	(5.541)
	(13.664)	1.968	(147.085)	(304.297)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	325.130	599.012	1.486.320	1.299.506

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (continuação)
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
		Reclassificado		Reclassificado
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	349.826	987.710
Captação de debêntures	-	-	650.000	560.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(514)	(145)	(298.174)	(488.118)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(198.018)	(394.755)
Obrigações vinculadas	-	-	131.584	97.459
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(411.270)	(659.910)	(529.628)	(798.245)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(411.784)	(660.055)	105.590	(35.949)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	(196.601)	(26.504)	(24.280)	(18.280)
Aquisição de investimentos	-	(161.652)	(269)	(176.894)
Alienação de bens do ativo permanente	-	-	1.651	2.706
Aquisição de imobilizado	(102)	(115)	(452.412)	(116.472)
Aquisição de intangível	(2.821)	(5.313)	(851.865)	(682.065)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	(6.870)	(3.080)
Títulos e valores mobiliários	(519.517)	(8.518)	(385.838)	(12.314)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(719.041)	(202.102)	(1.719.883)	(1.006.399)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(805.695)	(263.145)	(127.973)	257.158
Caixa e equivalentes no início do exercício	3.150.422	2.799.730	4.074.308	3.391.601
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.344.727	2.536.585	3.946.335	3.648.759
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(805.695)	(263.145)	(127.973)	257.158

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011 (Reclassificado)	30/06/2012	30/06/2011 (Reclassificado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	1.681	1.327	7.717.524	6.513.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(297.121)	(50.504)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	42	(8.424)	(3.837)
	1.681	1.369	7.411.979	6.459.047
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(1.907.253)	(1.489.434)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(295.476)	(248.142)
Matérias-primas consumidas	-	-	(107.944)	(77.585)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(3.938)	(5.754)	(1.157.619)	(927.622)
	(3.938)	(5.754)	(3.468.292)	(2.742.783)
Valor adicionado bruto	(2.257)	(4.385)	3.943.687	3.716.264
Depreciação e amortização	(50.502)	(51.395)	(327.681)	(317.457)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(52.759)	(55.780)	3.616.006	3.398.807
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	143.537	162.304	438.068	411.605
Resultado de equivalência patrimonial	583.216	708.185	(1.300)	248
	726.753	870.489	436.768	411.853
Valor adicionado total a distribuir	673.994	814.709	4.052.774	3.810.660
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	(55)	-	143.352	123.692
Encargos sociais (exceto INSS)	16	115	30.544	28.055
Entidade de previdência privada	110	111	10.546	10.833
Auxílio alimentação	51	5	14.618	12.200
Convênio assistencial e outros benefícios	98	2	5.769	5.666
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	5.721	2.711
Provisão para férias e 13º salário	16	13	31.443	27.845
Plano de saúde	-	37	11.085	8.720
Indenizações trabalhistas	-	-	3.264	4.520
Participação nos resultado	-	-	20.489	38.897
Administradores	1.656	2.297	6.021	7.064
Encerramento de ordem em curso	-	-	982	1.189
(-) Transferência para ordens	-	-	(73.387)	(61.888)
Outros	168	252	1.440	1.096
	2.060	2.832	211.887	210.600
. Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	370	574	34.336	30.282
ICMS	-	-	1.314.075	1.131.614
PIS/COFINS sobre faturamento	155	-	666.418	566.331
Imposto de renda e contribuição social	(823)	(824)	150.068	152.686
Obrigações intra-setoriais	-	-	353.714	337.064
Outros	43	101	9.779	8.584
	(255)	(149)	2.528.390	2.226.561
. Financiamentos				
Juros e variações cambiais	3.545	16.321	495.170	444.383
Aluguéis	86	38	6.762	5.646
Outros	-	-	3.848	4.703
	3.631	16.359	505.780	454.732
. Acionistas				
Juros sobre capital próprio	-	268.000	-	268.000
Lucro / Prejuízos	668.558	527.667	668.558	527.667
Participação dos não controladores	-	-	138.159	123.100
	668.558	795.667	806.717	918.767
Valor adicionado distribuído	673.994	814.709	4.052.774	3.810.660

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.
A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controladas em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		30/06/12		31/12/11	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,45	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA CORUMBA III		-	15,58	-	15,58
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(a)	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES ENERGIA EFICIENTE	(a)	50,10	-	-	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
CAPUAVA		-	100,00	-	-
CALANGO I	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO II	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO III	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO IV	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO V	(a)	-	50,00	50,00	-
MEL II	(a)	-	50,00	50,00	-
ARIZONA I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ II	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ III	(a)	-	50,00	50,00	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA		99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	1,00	99,00	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(c)	50,00	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(c)	-	50,00	-	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 14.

(c) Empresas de propósito específico para participação em empresas de geração. Vide nota explicativa nº 14.

	Percentual da Participação (%)			
	30/06/12		31/12/11	
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Ancona Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Bilbao	100,00	-	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/97	07/08/27
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/00	30/03/30
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

Transmissão	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Estado da Bahia	28/01/09	28/01/39
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz	Estado do Rio Grande do Norte	10/05/12	10/05/42
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Estado da Bahia	Contrato ainda não as	30 anos de concessão

Comercialização	Localidade	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/ Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	Somente em caráter emergencial	-	29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,0 MW	9,0 MW	06/08/97	08/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	7,22 MW	8,0 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	450 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532,721 MW	504,12 MW	455 MW	18/12/00	17/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,91 MW	11 MW	18/12/02	17/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	12,71 MW	11 MW	18/02/02	17/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	18/02/04	17/04/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	18/12/02	17/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	80,2 MW	39,27 MW	15/08/06	14/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	95,52 MW	50,9 MW	30,54 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25,6 MW	19,6 MW	19 MW	10/12/99	09/12/29
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	03/07/07	02/07/42
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	10,4 MW	10,4 MW	10,4 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW	5,6 MW	5,6 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW	34,9 MW	34,9 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW	10,7 MW	10,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW	14,7 MW	14,7 MW	1999	2028

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (Mwmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
Belo Monte	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.2331 MW	4.571 MW	3459,95 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	-	-
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	-	-
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	-	-
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,0 MW	-	-	-
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	-	-
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	-	-

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA

A demonstração contábil intermediária individual da Companhia relativa ao semestre findo em 30 de junho de 2012 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A demonstração contábil intermediária consolidada da Companhia relativa ao semestre findo em 30 de junho de 2012 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 03 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Adicionalmente a demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2011		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4.074.308	-	4.074.308
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	2.068.403	(23.857)	2.092.260
Títulos e valores mobiliários	338.207	-	338.207
Impostos e contribuições a recuperar	367.874	-	367.874
Estoques	22.927	-	22.927
Despesas pagas antecipadamente	24.675	-	24.675
Entidade de previdência privada	6.555	-	6.555
Serviços em curso	271.598	-	271.598
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	31.549	-	31.549
Outros ativos circulantes	102.413	23.857	78.556
TOTAL DO CIRCULANTE	7.308.509	-	7.308.509
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	907.912	-	907.912
Títulos e valores mobiliários	139.137	-	139.137
Impostos e contribuições a recuperar	89.227	-	89.227
Coligadas e controladas	42.511	-	42.511
Impostos e contribuições sociais diferidos	161.101	-	161.101
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	546.207	-	546.207
Fundos vinculados	75.075	-	75.075
Depósitos judicias	299.761	561	299.200
Entidade de previdência privada	37.596	-	37.596
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.145.543	-	1.145.543
Outros ativos não circulantes	25.744	-	25.744
Investimentos	163.873	-	163.873
Investimentos em coligadas e controladas	136.081	-	136.081
Outros investimentos	27.792	-	27.792
Imobilizado	3.752.398	(561)	3.752.959
Intangível	6.888.136	-	6.888.136
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.274.221	-	14.274.221
TOTAL DO ATIVO	21.582.730	-	21.582.730

	Consolidado		
	31/12/2011		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	808.887	-	808.887
Empréstimos e financiamentos	812.079	-	812.079
Debêntures	433.525	-	433.525
Salários e encargos a pagar	65.439	-	65.439
Taxas regulamentares	289.856	-	289.856
Impostos e contribuições a recolher	428.419	85.778	342.641
Dividendos e juros sobre capital proprio	157.868	-	157.868
Provisões	46.240	-	46.240
Entidade de previdência privada	15.233	-	15.233
Coligadas e controladas	3.276	-	3.276
Concessão do serviço público (uso do bem público)	4.167	(827)	4.994
Outros passivos circulantes	256.917	827	256.090
TOTAL DO CIRCULANTE	3.321.906	85.778	3.236.128
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	61.159	-	61.159
Empréstimos e financiamentos	4.315.250	-	4.315.250
Debêntures	1.199.164	-	1.199.164
Taxas regulamentares	102.654	-	102.654
Impostos e contribuições a recolher	10.458	-	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos	18.217	-	18.217
Provisões	186.499	(85.778)	272.277
Entidade de previdência privada	281.188	-	281.188
Concessão do serviço público (uso do bem público)	66.189	-	66.189
Outros passivos não circulantes	37062		37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.277.840	(85.778)	6.363.618
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	4.739.025	-	4.739.025
Reservas de capital	2.288	-	2.288
Reservas de lucro	6.045.590	-	6.045.590
Outros resultados abrangentes	61.400	-	61.400
Proposta de distribuição de dividendos adicional	194.023	-	194.023
Acionistas não controladores	940.658	-	940.658
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.982.984	-	11.982.984
TOTAL DO PASSIVO	21.582.730	-	21.582.730

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstração contábil intermediária em 18 de julho de 2012, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A demonstração contábil intermediária consolidada foi preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM n° 247, de 27 de março de 1996, que incluem a N eoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.

As demonstrações contábeis intermediárias das controlada em conjunto Termoaçu, Telespires e Força Eólica da Brasil foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das informações intermediária da investida.

	Termoaçu		Teles Pires		Força Eólica do Brasil	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Ativo	810.376	801.665	1.049.685	823.876	416.448	-
Circulante	113.956	89.585	65.188	360.760	99.960	-
Não Circulante	696.420	712.080	984.497	463.116	316.488	-
Passivo	810.376	801.655	1.049.685	823.876	416.444	-
Circulante	68.102	68.262	549.492	370.827	1.488	-
Não Circulante	65	-	77.852	72.774	-	-
Patrimônio Líquido	742.209	733.393	422.341	380.275	414.956	-

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação da demonstração contábil intermediária consolidada, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído à concessão, foi classificado no ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11 Reclassificado
Caixa e depósitos bancários à vista	98	147	121.286	94.921
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	1.159.882	41.768	1.239.928
Fundos de investimento	2.344.629	1.990.393	3.783.281	2.739.459
	2.344.727	3.150.422	3.946.335	4.074.308

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 97% a 105%.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes e demais contas a receber estão compostas da seguinte forma:

		Consolidado	
	Ref.	30/06/12	31/12/11 Reclassificado
Consumidores	(a)	3.056.887	3.112.347
Títulos a receber	(b)	102.914	113.304
Comercialização de energia na CCEE	(c)	74.242	84.287
Disponibilização do sistema de distribuição		45.146	35.157
Serviços prestados a terceiros		86.395	93.898
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(d)	100.100	23.857
Outros créditos		84.356	97.906
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(782.164)	(560.584)
Total		2.767.876	3.000.172
Circulante		1.986.867	2.092.260
Não circulante		781.009	907.912

a) Consumidores

	Consolidado						
	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/12	31/12/11 Reclassificado	30/06/12	31/12/11 Reclassificado
Setor Privado							
Residencial	688.046	260.996	390.833	1.339.875	1.387.314	(586.278)	(345.373)
Industrial	179.957	22.073	84.883	286.913	310.712	(59.059)	(55.017)
Comercial, serviços e outras	285.617	66.716	82.699	435.032	441.133	(56.697)	(47.096)
Rural	86.116	21.411	67.253	174.780	164.010	(34.082)	(46.553)
	1.239.736	371.196	625.668	2.236.600	2.303.169	(736.116)	(494.039)
Setor Público							
Poder público							
Federal	15.430	769	3.648	19.847	21.104	(1.490)	(1.484)
Estadual	164.474	3.058	1.935	169.467	174.611	(1.028)	(1.438)
Municipal	181.405	19.571	16.237	217.213	216.482	(21.156)	(29.912)
	361.309	23.398	21.820	406.527	412.197	(23.674)	(32.834)
Iluminação pública	37.130	15.215	21.233	73.578	74.271	(2.582)	(2.456)
Serviço público	86.200	4.566	8.867	99.633	91.452	(7.400)	(11.656)
Fornecimento não faturado	240.549	-	-	240.549	231.258	-	-
Consumidores	1.964.924	414.375	677.588	3.056.887	3.112.347	(769.772)	(540.985)
Circulante				2.364.877	1.220.843	(757.884)	(375.939)
Não circulante				692.010	1.891.504	(11.888)	(165.046)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	30/06/12	31/12/11 Reclassificado	30/06/12	31/12/11 Reclassificado
Setor público	6.107	3	32	6.142	6.590	(32)	(44)
Setor privado	84.472	1.870	10.430	96.772	106.714	(5.002)	(6.523)
Total	90.579	1.873	10.462	102.914	113.304	(5.034)	(6.567)
Circulante				91.469	110.496	(3.593)	(4.913)
Não circulante				11.445	2.808	(1.441)	(1.654)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Subvenção à Baixa Renda – Tarifa Social

Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa aos consumidores da classe residencial baixa renda. O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu a CDE como fonte para concessão de subvenção. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia e de suas controladas entenderam ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reclassificado)	(540.985)	(6.567)	(13.032)	(560.584)
Adições	(385.751)	(1.088)	(7.497)	(394.336)
Reversões	116.467	2.621	13.171	132.259
Baixados a reserva	40.497	-	-	40.497
Saldos em 30 de junho de 2012	(769.772)	(5.034)	(7.358)	(782.164)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

					Consolidado	
Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/12	31/12/11 Reclassificado
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	8.035	16.524
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	89.576	252.232
Banco Itaú		Títulos Públicos	set-13	Selic	-	28.675
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	303.908	2.141
Banco Itaú	(b)	Títulos Públicos	mai-12 / ago-12 / fev-13	CDIC	1.107	999
Banco Itaú	(b)	CDB	out-13	CDI	-	307
Banco Nordeste do Brasil	(a)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	20.317	28.701
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jan-13	CDI	6.880	6.593
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jan-14	CDI	5.288	5.067
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	dez-12	CDI	14.067	16.312
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	set-18	CDI	20.512	19.698
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jul-16	CDI	36.629	39.037
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	38.847	4.782
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	11.940	7.502
Bradesco	(b)	CDB/CDI	Diversos	CDI	10	742
Bradesco	(b)	LFT	(*)	CDI	578	552
Bradesco	(b)	CDB	jan-13 / set-13	CDI	2.108	2.000
Bradesco	(b)	LFT	mar-12	CDI	21	226
Caixa Econômica Federal		CDB	jan-12 / fev-14	CDI	13.754	5.555
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	13.326	5.871
Caixa Econômica Federal		LFT	Diversos	CDI	27.247	6.260
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	-	10.951
Votorantim		CDB	Diversos	CDI	10.365	-
Votorantim	(b)	CDB	dez-12	CDI	4.422	4.839
Votorantim	(b)	CDB	dez-12	CDI	36	1.193
Votorantim		CDB	jun-13	CDI	-	9.889
Sul América		Título de capitalização	set-12	TR	-	5
Banco Itaú	(2)	CDB	jul-12	CDI	109	126
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	1.293	565
Santander		LFT	jun-14 a jun-16	Selic	114.781	-
Banco Itaú		LFT	mar-18	Selic	54.904	-
Votorantim		LFT	mar-18	Selic	7.802	-
Banco Itaú		LFT	diversos	Selic	62.462	-
Total					870.324	477.344
Circulante					755.838	338.207
Não circulante					114.486	139.137

(a) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras.

(b) Constituem garantia para contrato de energia.

(*) Aplicações com liquidez sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha, com carência igual ou maior que 90 dias a contar da data de aquisição, sem condição de resgate antecipado, indexados com base na variação percentual do CDI, valorização diária e com registro na CETIP.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(a)	95.826	92.719	252.817	191.421
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	2.956	3.843	90.022	28.304
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	85.275	79.507
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	15.689	14.813
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	31.168	38.460
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	11.108	9.171
IOF		3.852	3.811	3.852	3.811
Imposto sobre Serviços - ISS		21	21	1.664	1.035
Outros		645	631	1.400	1.352
		103.300	101.025	492.995	367.874
Não-Circulante					
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL		-	-	161	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	94.076	85.103
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	49	304
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	-	1.173
Recuperação Fiscal - REFIS	(d)	-	-	2.412	2.412
Outros		-	-	75	235
		-	-	96.773	89.227
Total		103.300	101.025	589.768	457.101

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda - IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, das retenções/antecipações de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) – A Neoenergia e suas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Itapebi impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, no Tribunal Regional Federal – 1ª. Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, as Companhias obtiveram o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procedeu no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário, que estão sendo compensados com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante total de R$ 185.932, tendo como contrapartida o resultado do exercício daquele exercício.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Coelba impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Coelba procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 25 – Provisões.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro real, o IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%. Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro presumido o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 0,65% e 3,0%, as quais são aplicáveis aos contribuintes que elegeram ao regime cumulativo.

Segue abaixo composição do saldo de impostos e contribuições sociais:

	Ativo				Passivo			
	30/06/12		31/12/11		30/06/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos fiscais	6.097	1.523	2.131	533	23.300	5.825	-	-
Diferenças temporárias	475.140	120.091	477.144	120.534	(91.942)	(22.947)	(50.979)	(12.708)
	481.237	121.614	479.275	121.067	(68.642)	(17.122)	(50.979)	(12.708)
Contribuição Social								
Base negativa	6.097	1.024	2.131	667	23.300	2.097	-	
Diferenças temporárias	430.080	38.708	437.406	39.367	(77.499)	(6.975)	(61.213)	(5.509)
	436.177	39.732	439.537	40.034	(54.199)	(4.878)	(61.213)	(5.509)
Total		161.346		161.101		(22.000)		(18.217)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	30/06/12		31/12/11	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	154.762	154.762	162.323	162.323
Provisão para passivo atuarial	289.489	289.489	291.672	291.672
Provisão para demissão voluntária	602	602	927	927
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	234.527	234.527	217.011	217.011
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	17.436	17.436	9.919	9.919
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.091	5.091	5.021	5.021
Pis/Cofins diferidos	88.615	88.615	85.778	85.778
Incentivo Fiscal Sudene	28.869	-	34.961	-
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	25	25	-	-
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	48.131	48.131	59.904	59.904
Déficit plano previdenciário	2.130	2.130	2.130	2.130
Ativos e passivos regulatórios	71.454	71.454	77.708	77.709
Custo de captação	5.812	-	-	-
Outros	66.866	52.187	42.470	26.818
Total ativo	1.020.908	971.548	996.923	946.311
Passivo (-)				
Precatório Finsocial/PAES	(8.331)	(8.331)	(8.122)	(8.122)
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	(444)	(444)	(2.128)	(2.128)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(164.998)	(164.380)	(106.075)	(105.435)
Ajuste da quota anual de amortização	(124.529)	(124.529)	(117.576)	(117.576)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	(143.410)	(143.410)	(138.709)	(138.709)
Déficit plano previdenciário	(443)	(443)	(443)	(443)
Superávit plano previdenciário	(45.543)	(45.543)	(48.025)	(48.025)
Ativos e passivos regulatórios	(86.387)	(86.387)	(128.110)	(128.110)
Custo de captação	(16.103)	(16.103)	(19.439)	(19.439)
Outros	(18.125)	-	-	-
Total passivo	(608.313)	(589.570)	(568.627)	(567.987)
Total líquido	**412.595**	**381.978**	**428.296**	**378.324**

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da despesa (receita) dos tributos sobre a renda

divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2012 e de 2011.

		Consolidado			
				Períodos de três meses findos em	
		30/06/12		30/06/11	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
				(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		408.870	408.870	604.311	604.311
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(12.289)	(12.289)	(13.446)	(13.446)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(3.590)	(3.590)	(9.251)	(9.251)
Juros sobre capital próprio		(56.893)	(56.893)	(201.791)	(201.791)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		336.098	336.098	379.823	379.823
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		84.025	30.249	94.955	34.184
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização ágio participação societária		6.006	2.163	6.047	2.177
Perda de equivalência patrimonial		312	112	268	97
JSCP		-	-	32.067	11.544
Juros sobre obras em andamento - JOA		-	4	-	4
Contribuições e doações		63	23	75	27
Multas indedutíveis		993	357	193	69
Depreciação veículos executivos		46	17	101	36
Excesso despesas previdenciárias		862	310	844	303
Efeito regime lucro presumido		9.005	-	54	19
Outras adições		2.278	684	(15.735)	(5.504)
		19.565	3.670	23.914	8.772
(-) Exclusões					
Equivalência patrimonial		25.143	9.054	418	151
Reversão da provisão do ágio		(3.766)	(1.355)	(4.013)	(1.445)
Reversão da PMIPL		(2.210)	(796)	(2.291)	(825)
Incentivo fiscal SUDENE		(71.899)	-	(66.482)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT		(455)	-	(688)	-
Efeito regime lucro presumido		(4.238)	(1.348)	(8.942)	(2.979)
Outras exclusões		(1.091)	(1.177)	3.280	804
		(58.516)	4.378	(78.718)	(4.294)
Imposto de renda e contribuição social no período		45.074	38.297	40.151	38.662
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)		(24.456)	(8.959)	452	597
Imposto de renda e contribuição social no resultado		20.618	29.338	40.603	39.259
Corrente		30.212	37.239	12.725	28.658
Diferido		(9.594)	(7.901)	27.878	10.601
		20.618	29.338	40.603	39.259

		Consolidado			
				Períodos de seis meses findos em	
		30/06/12		30/06/11	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
				(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		956.785	956.785	1.071.453	1.071.453
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(24.831)	(24.831)	(26.097)	(26.097)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(7.663)	(7.663)	(13.513)	(13.514)
Juros sobre capital próprio		(135.878)	(135.878)	(403.255)	(403.255)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		788.413	788.413	628.588	628.587
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		197.103	70.957	157.147	56.573
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização ágio participação societária		12.368	4.453	12.499	4.500
Perda de equivalência patrimonial		950	342	-	-
JSCP		-	-	32.067	11.544
Juros sobre obras em andamento - JOA		-	8	-	8
Contribuições e doações		104	39	288	104
Multas indedutíveis		1.523	549	215	77
Depreciação veículos executivos		148	54	213	77
Excesso despesas previdenciárias		1.591	573	1.649	594
Efeito regime lucro presumido		6.186	4	-	-
Outras adições		2.512	790	3.951	1.945
		25.382	6.812	50.882	18.849
(-) Exclusões					
Equivalência patrimonial		25.055	9.020	(1.463)	(523)
Reversão da provisão do ágio		(7.354)	(2.647)	(8.027)	(2.889)
Reversão da PMIPL		(4.421)	(1.591)	(4.582)	(1.650)
Incentivo fiscal SUDENE		(139.921)	-	(116.491)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT		(1.624)	-	(2.699)	-
Efeito regime lucro presumido		(7.778)	(2.456)	(15.162)	(4.805)
Outras exclusões		(7.023)	(1.643)	(3.575)	(1.557)
		(143.066)	683	(151.999)	(11.424)
Imposto de renda e contribuição social no período		79.419	78.452	56.030	63.998
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)		(24.057)	(8.577)	4.730	1.831
Imposto de renda e contribuição social no resultado		55.362	69.875	60.760	65.829
Corrente		66.067	75.472	45.112	60.094
Diferido		(10.705)	(5.597)	15.648	5.735
		55.362	69.875	60.760	65.829

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Neoenergia e suas controladas efetuaram sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do

Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) – IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39 , 20 (Custos de Empréstimos) – IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (Contratos de Concessão) – IFRIC12.

11. SERVIÇOS EM CURSO

	30/06/12	31/12/11
Serviço próprio	227.214	184.480
Serviços prestados a terceiros	101.143	85.999
Transf.fabric.reparo de materiais	1.200	1.119
Total	329.557	271.598

Estão classificados neste grupo os serviços próprios e os serviços para terceiros em curso nos quais constam valores referentes aos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Programa de Eficientização Energética – PEE, que serão transferidos para os respectivos grupos de taxas regulamentares (nota 22) quando os projetos forem concluídos.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo, nos termos da lei.

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Trabalhistas		1.870	1.870	104.069	93.172
Cíveis		11	11	70.608	52.371
Fiscais:		98.632	93.883	152.595	145.216
PIS / COFINS	(a)	98.632	93.883	110.800	105.739
Incentivo fiscal SUDENE	(b)	-	-	7.663	7.329
Outros		-	-	34.132	32.148
Outros		-	-	9.069	8.441
Total		100.513	95.764	336.341	299.200

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente

deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JSCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96.

(b) Na Coelba, em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

13. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Adiantamentos a empregados		22	3	15.114	2.834
Adiantamentos a fornecedores		42	42	17.614	4.817
Serviços prestados a terceiros		-	-	6.364	6.539
Alienações em curso		-	-	1.562	1.614
RGR a compensar		-	-	533	647
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	-	-	13.387	13.152
Desativações em curso	(b)	-	-	-	7.514
Dispêndios a reembolsar em curso	(c)	-	-	9.403	11.010
Cobrança extra judicial		-	-	6.316	6.424
Uso mútuo de postes		-	-	5.234	6.176
Títulos de crédito a receber		-	-	1.638	1.638
Aportes nos consórcios		-	-	1.620	1.720
Outros créditos a receber	(d)	25.283	25.197	59.525	40.215
Total		25.347	25.242	138.310	104.300
Ativo circulante		10.146	10.107	112.536	78.556
Ativo não circulante		15.201	15.135	25.774	25.744

(a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pelas controladas Coelba e Celpe, no valor de R$ 13.282, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual - LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais

e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.

(b) Referem-se a gastos efetuados para reforma de equipamentos das usinas geradoras de energia elétrica Baguari e EnergyWorks.

(c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelos beneficiários.

(d) Na controladora, referem-se a adiantamento para aquisição de direitos da Rio PCH que serão recebidos com dividendos futuros do acionista não controlador e a adiantamento concedido para a Rede Bandeirantes para veiculação de mídia.

14. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Ações possuídas (em milhares) Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
COELBA		30/06/12	98.122	67.179	87,84	542.163	2.395.077	354.851
		30/06/11	98.122	67.179	87,84	542.163	2.297.937	-
CELPE		30/06/12	66.023	864	89,65	590.174	1.592.083	37.798
		30/06/11	66.023	864	89,65	590.174	1.607.294	-
COSERN		30/06/12	110.782	31.153	84,45	179.787	772.744	127.716
		30/06/11	110.782	31.153	84,45	179.787	769.748	-
ITAPEBI		30/06/12	44.100	-	42,00	105.000	402.884	93.920
		30/06/11	44.100	-	42,00	105.000	396.096	-
TERMOPE		30/06/12	214.570	-	100,00	214.570	398.490	(7.904)
		30/06/11	214.570	-	100,00	214.570	436.273	-
BAGUARI I	(a)	30/06/12	87.133	-	100,00	87.133	95.716	7.554
		30/06/11	76.000	-	100,00	87.133	97.857	-
GOIAS SUL	(b)	30/06/12	109.643	-	100,00	188.446	191.654	5.578
		30/06/11	109.643	-	100,00	188.446	186.075	-
GERAÇÃO C III	(c)	30/06/12	128.566	-	100,00	147.575	158.259	9.388
		30/06/11	70.265	-	100,00	147.575	164.926	-
RIO PCH I	(d)	30/06/12	74.166	-	70,00	105.951	112.787	6.272
		30/06/11	74.166	-	70,00	105.951	114.140	-
BAHIA PCH I	(e)	30/06/12	49.174	-	100,00	108.937	119.228	8.685
		30/06/11	49.174	-	100,00	91.067	97.527	-
SE NARANDIBA		30/06/12	16.000	-	100,00	16.000	17.456	1.448
		30/06/11	1	-	100,00	16.000	16.055	-
AGUAS DA PEDRA	(f)	30/06/12	145.557	-	51,00	253.000	342.202	28.780
		30/06/11	145.557	-	51,00	253.000	313.978	-
TERMOAÇU	(g)	30/06/12	290.047	-	23,13	699.736	742.209	8.854
		30/06/11	290.047	-	23,93	161.849	169.634	-
GERAÇÃO CÉU AZUL		30/06/12	1	-	100,00	5.231	4.821	(39)
		30/06/11	1	-	100,00	5.231	4.860	-
NC ENERGIA		30/06/12	13.600	-	100,00	13.600	41.495	26.433
		30/06/11	13.600	-	100,00	15.486	15.741	-
NEOSERV	(h)	30/06/12	1	-	100,00	726	8.682	2.285
		30/06/11	1	-	100,00	2.631	8.302	-
GARTER		30/06/12	1	-	100,00	-	40	-
		30/06/11	1	-	100,00	-	40	-
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	30/06/12	98.122	67.179	87,84	30.916	42.882	5.901
		30/06/11	98.122	67.179	87,84	30.916	42.350	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(i)	30/06/12	55.416	-	87,84	63.084	75.759	9.580
		30/06/11	55.417	-	87,84	63.084	81.257	-
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(j)	30/06/12	198.001	-	100,00	200.001	209.071	(443)
		30/06/11	-	-	100,00	200.001	209.514	-
NORTE ENERGIA		30/06/12	180.010	-	10,00	-	1.152.264	(1.121)
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
ENERGYWORKS	(k)	30/06/12	214.479	-	100,00	117.964	126.710	7.781
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
CAPUAVA	(k)	30/06/12	-	-	100,00	11.456	14.597	2.730
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
ECIII		30/06/12	-	-	15,58	-	-	-
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
NEOINVEST		30/06/12	24.200	-	100,00	24.200	22.945	1
		30/06/11	1	-	100,00	24.200	22.945	-
TELES PIRES	(l)	30/06/12	1	-	50,10	434.786	422.341	(8.483)
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
SPE EÓLICA		30/06/12						
		30/06/11						
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL		30/06/12			50,00			
		30/06/11			50,00			
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(l)	30/06/12	192.994		100,00	217.828	211.593	(4.250)
		30/06/11	-		-	-	-	

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Ações possuídas (em milhares) Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
CALANGO I	(m)	30/06/12	1	-	50,00	27.950	27.998	46
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
CALANGO II	(m)	30/06/12	1	-	50,00	27.446	27.494	46
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
CALANGO III	(m)	30/06/12	1	-	50,00	27.280	27.326	44
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
CALANGO IV	(m)	30/06/12	1	-	50,00	27.678	27.724	44
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
CALANGO V	(m)	30/06/12	1	-	50,00	27.678	27.730	50
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
MEL II	(m)	30/06/12	1	-	50,00	32.334	32.580	228
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
ARIZONA I	(m)	30/06/12	1	-	50,00	24.888	24.916	26
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ I	(m)	30/06/12	1	-	50,00	29.706	29.760	52
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ II	(m)	30/06/12	1	-	50,00	33.804	33.948	138
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ III	(m)	30/06/12	1	-	50,00	30.362	30.424	62
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL	(m)	30/06/12	-	-	50,00	411.672	414.956	3.282
		30/06/11	-	-	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(m)	30/06/12	198.693	-	50,00	198.693	199.099	406
		30/06/11	-	-	-	-	-	-

(a) BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(b) GOIÁS SUL

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(c) GERAÇÃO CIII

A Geração CIII S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(d) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 70% e os 30% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., empresa que possui a autorização das Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(e) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério – BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia através de contrato bilateral a partir de dezembro de 2009.

(f) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia (51%), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e ELETRONORTE, é responsável pela construção da UHE Dardanelos. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(g) TERMOAÇU

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobras. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobras para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um acordo de cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do acordo de cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Investimentos - ações	264.589	262.551
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(100.431)	(100.431)
Investimento líquido	195.896	193.858

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral, efetuou em 2011 provisão para perda no montante de R$ 51.245 para cobrir eventuais incertezas, não prevendo perdas adicionais. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

(h) NEOENERGIA SERVIÇOS

Em 08 de novembro de 2001, a Neoenergia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA. - NEOSERV. A Neoenergia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(i) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que anui com a versão patrimonial e consequentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. (“Imanisse”), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente (“Protocolo de Cisão”), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse. Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente. A cisão parcial da Afluente G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do

acervo líquido vertido, pela Afluente T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

(j) BELO MONTE PARTICIPAÇÕES

A Neoenergia possui a participação de 100% em Belo Monte Participações, empresa de propósito especifico constituída para participar com 10% na Norte Energia S.A., empresa constituída para efetuar a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW. Os principais acionistas na Norte Energia são as empresas do Grupo Eletrobrás (49,98%), Petros e Funcef (20%), Cemig e Light (10%) e Vale (9%).

(k) ENERGYWORKS

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda., que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.267, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 133.175. A Companhia contratou consultor externo para proceder a análise de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R). O excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado a ativos imobilizados identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando seus valores de reposição e de mercado. Assim, o valor justo preliminar da adquirida está como segue:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	22.687
Contas a receber	6.339
Impostos a recuperar	4.601
Ativo imobilizado	142.341
Ativo intangível	8.308
Outros ativos	791
Fornecedores	1.800
Salários e encargos a pagar	1.204
Imposto de renda e contribuição social	16.548
Outros impostos a pagar	1.231
Outras contas a pagar	2.017
Preço de aquisição	162.267
Valor contábil na data de aquisição	(133.175)
Preço de compra alocado	29.092

A aquisição se coaduna com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de cogeração de energia.

(l) TELES PIRES

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de contratos de comercialização de energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

Em 2011 foi constituída a empresa Teles Pires Participações, controladora direta da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, com o intuito de efetuar captação de recursos para a realização do investimento.

(m) FORÇA EÓLICA DO BRASIL

No leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW.

A Força Eólica do Brasil é detentora das ações da Força Eólica Participações, holding criada para controlar cinco dos dez parques eólicos conquistados, sendo que os demais cinco parques eólicos são controlados diretamente pela Força Eólica do Brasil.

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31 de dezembro de 2011	Aumento de capital	Redução de capital	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 30 de junho de 2012
NEOINVEST.	22.944	-	-	-	1	-	-	22.945
COELBA	2.439.857	-	-	22.991	312.974	(17.776)	(250.610)	2.507.436
CELPE	1.901.093	-	-	4.442	33.950	(17.838)	(52.019)	1.869.628
COSERN	839.140	-	-	6.558	107.785	(7.532)	(111.813)	834.138
ITAPEBI	192.711	-	-	-	39.446	(1.371)	(36.596)	194.190
TERMOPE	462.235	-	-	-	(7.904)	(2.001)	(29.880)	422.450
BAGUARI I	97.856	-	-	-	7.554	-	(9.694)	95.716
GOIAS SUL	186.075	-	-	-	5.579	-	-	191.654
GERAÇÃO CIII	164.926	-	-	-	9.388	-	(16.055)	158.259
RIO PCH I	94.726	-	-	-	4.390	-	(5.337)	93.779
BAHIA PCH I	97.527	17.870	-	-	8.685	-	(4.854)	119.228
SE NARANDIBA	16.055	-	-	-	1.448	-	(47)	17.456
AGUAS DA PEDRA	160.128	-	-	-	14.351	-	44	174.523
TERMOAÇU	193.858	-	-	-	2.038	-	-	195.896
GERAÇÃO CÉU AZUL	4.860	-	-	-	(38)	-	-	4.822
NC ENERGIA	15.754	-	(1.886)	-	27.640	-	(13)	41.495
NEOSERV	83	-	(19)	-	32	-	(9)	87
GARTER	40	-	-	-	(1)	-	-	39
AFLUENTE GERAÇÃO	37.202	-	-	-	5.210	-	(4.743)	37.669
AFLUENTE TRANSMISSÃO	71.378	-	-	-	8.416	-	(13.245)	66.549
BELO MONTE PART.	207.419	-	-	-	(438)	-	-	206.981
ENERGY WORKS	161.164	-	-	-	7.781	(2.373)	(13.751)	152.821
BAHIA PCH II	878	-	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES	190.860	-	-	-	(6.697)	-	-	184.163
SPE EÓLICA	-	-	-	-	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	16	210.415	-	-	1.626	-	-	212.057
CALANGO I	-	-	-	-	-	-	-	-
CALANGO II	-	-	-	-	-	-	-	-
CALANGO III	-	-	-	-	-	-	-	-
CALANGO IV	-	-	-	-	-	-	-	-
CALANGO V	-	-	-	-	-	-	-	-
MEL I	-	-	-	-	-	-	-	-
ARIZONA I	-	-	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ I	-	-	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ II	-	-	-	-	-	-	-	-
CAETITÉ III	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**7.558.785**	**228.285**	**(1.905)**	**33.991**	**583.216**	**(48.891)**	**(548.622)**	**7.804.859**

15. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados da controladora e consolidado está composto da seguinte forma:

	Controladora				
	30/06/12				31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	28.345	(2.034)	26.311	26.880
Máquinas e equipamentos	10%	793	(663)	130	163
Veículos	20%	116	(94)	22	31
Móveis e utensílios	10%	409	(314)	95	111
		29.663	(3.105)	26.558	27.185
Em curso					
Terrenos		78		78	78
Máquinas e equipamentos		102		102	-
Outros		5		5	5
		185		185	83
Total		29.848	(3.105)	26.743	27.268

	Consolidado				
	30/06/12				31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					Reclassificado
Terrenos		69.721	-	69.721	65.180
Reservatórios, barragens e adutoras		1.374.382	(102.391)	1.271.991	1.302.188
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	655.371	(154.214)	501.157	517.385
Máquinas e equipamentos	5%	1.896.314	(413.354)	1.482.960	1.489.175
Veículos	20%	2.224	(1.418)	806	1.274
Móveis e utensílios	9%	5.802	(2.677)	3.125	3.116
Outros		23	(23)	-	-
		4.003.837	(674.077)	3.329.760	3.378.318
Em curso					
Terrenos		1.274	-	1.274	140
Reservatórios, barragens e adutoras		15.182	-	15.182	108.013
Edificações, obras civis e benfeitorias		304.234	-	304.234	2.010
Máquinas e equipamentos		138.261	-	138.261	55.757
Veículos		283	-	283	-
Móveis e utensílios		1.090	-	1.090	876
Material em depósito		23.075	-	23.075	21.290
Outros		329.869	-	329.869	186.555
		813.268	-	813.268	374.641
Total		4.817.105	(674.077)	4.143.028	3.752.959

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

A mutação do ativo imobilizado consolidado está demonstrada abaixo:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.988.687	(610.369)	3.378.318	374.641	374.641	3.752.959
Adições	-	-	-	457.396	457.396	457.396
Baixas	(4.540)	4.050	(490)	-	-	(490)
Amortização	-	(66.939)	(66.939)	-	-	(66.939)
Transferências	19.690	(819)	18.871	(18.769)	(18.769)	102
Saldos em 30 de junho de 2012	4.003.837	(674.077)	3.329.760	813.268	813.268	4.143.028

16. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, Afluente T, SE Narandiba e Afluente G (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 17).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.177.092
Adições	6.870
Baixas	(699)
Amortização/reversão	(15.570)
Transferências	827.814
Atualização monetária / valor justo	74.125
Saldos em 30 de junho de 2012	2.069.632
Circulante	32.015
Não circulante	2.037.617

As concessões das controladas não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

17. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível da controladora e consolidado está constituído da seguinte forma:

		Controladora				
		30/06/2012				31/12/11
	Ref	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso de software		20%	431	(223)	208	239
Outros	(a)		48.457	(2.860)	45.597	46.550
			48.888	(3.083)	45.805	46.789
Em curso						
Outros	(a)		5.547		5.547	9.310
			5.547		5.547	9.310
Total			54.435	(3.083)	51.352	56.099

(a) Corresponde gastos com estudos e projetos realizados para participação em concorrências públicas por concessões diversas do segmento de energia, vencidas ou ainda a ocorrer.

	Consolidado					
	30/06/12					31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	5,28	8.553.086	(2.737.592)	(397.197)	5.418.297	5.815.058
Ágio atribuído a concessão	4,57	2.352	-	-	2.352	2.352
Direito de uso de software	19,61	4.390	(2.097)	-	2.293	2.038
Outros		50.777	(4.097)	-	46.680	47.856
		8.610.605	(2.743.786)	(397.197)	5.469.622	5.867.304
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.056.367	-	(9.415)	1.046.952	1.010.967
Direito de uso de software		73	-	-	73	248
Outros		5.853	-	-	5.853	9.617
		1.062.293	-	(9.415)	1.052.878	1.020.832
Total		9.672.898	(2.743.786)	(406.612)	6.522.500	6.888.136

A movimentação do ativo intangível consolidado está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reclassificado)	8.948.080	(2.515.053)	(565.723)	5.867.304	929.974	90.858	1.020.832	6.888.136
Adições	-	-	-	-	851.864	(131.582)	720.282	720.282
Baixas	(37.735)	30.856	-	(6.879)	(8.221)	-	(8.221)	(15.100)
Amortização	-	(261.808)	49.044	(212.764)	-	-	-	(212.764)
Transferências - intangíveis	468.027	-	1.831	469.858	(513.155)	(1.831)	(514.986)	(45.128)
Transferências - ativos financeiros	(766.753)	-	117.575	(649.178)	(203.308)	24.672	(178.636)	(827.814)
Transferências - outros	(1.014)	2.219	76	1.281	5.139	8.468	13.607	14.888
Saldos em 30 de junho de 2012	8.610.605	(2.743.786)	(397.197)	5.469.622	1.062.293	(9.415)	1.052.878	6.522.500

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão (Vide nota explicativa nº 16).

A Resolução Normativa ANEEL n◦ 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição e no valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos das controladas era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infra-estrutura que as controladas esperam

receber como indenização ao final do período da concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

As controladas realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou em uma reclassificação da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Vide Nota 16), sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,91%, 4,08% e 5,31%, na Coelba, Celpe e Cosern, respectivamente, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na Coelba e Cosern, a partir de abril de 2008 e na Celpe, a partir de abril de 2009).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

18. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
				Reclassificado
Energia elétrica:	-	-	511.433	410.978
Encargos de uso da rede	-	-	68.732	65.792
Materiais e serviços	1.985	2.422	331.541	331.765
Energia livre	-	-	61.456	61.511
Total	1.985	2.422	973.162	870.046
Circulante	1.985	2.422	909.037	808.887
Não circulante	-	-	64.125	61.159

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

		Consolidado					
	Taxa	Encargos		Principal		Total	
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	30/06/12	31/12/11 Reclassificado
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	124	-	10.923	5.461	16.508	21.992
		124	-	10.923	5.461	16.508	21.992
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP +	1.809	-	101.422	380.419	483.650	525.773
(-) Custos de transação	3,21% a.a.	-	-	(1.151)	(2.388)	(3.539)	(4.172)
		1.809	-	100.271	378.031	480.111	521.601
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	85	-	26.884	80.653	107.622	121.108
(-) Custos de transação		-	-	(119)	(156)	(275)	(348)
		85	-	26.765	80.497	107.347	120.760
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL +	-	-	-	-	-	116.766
(-) Custos de transação	2,12% a 3,12% a.a.	9.613	-	259.430	455.239	724.282	776.348
Operações com swap		-	-	-	-	-	(108.362)
		9.613	-	259.430	455.239	724.282	784.752
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP +	5.931	-	273.021	1.389.508	1.668.460	1.549.963
(-) Custos de transação	3,12% a 4,30% a.a.	-	-	(2.035)	(29)	(2.064)	(2.388)
		5.931	-	270.986	1.389.479	1.666.396	1.547.575
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	944	-	36.847	200.657	238.448	239.797
(-) Custos de transação		-	-	(235)	(962)	(1.197)	(725)
		944	-	36.612	199.695	237.251	239.072
FINEP	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a	227	-	18.960	89.044	108.231	117.491
(-) Custos de transação	5,27% a.a.	-	-	(223)	(460)	(683)	(809)
		227	-	18.737	88.584	107.548	116.682
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI +	76.578	42.819	94.454	835.912	1.049.763	1.006.899
(-) Custos de transação	1% a.a.	-	-	(2.846)	(3.782)	(6.628)	(8.317)
Operações com swap		-	-	-	(37.116)	(37.116)	(17.922)
		76.578	42.819	91.608	795.014	1.006.019	980.660
Banco do Brasil		11.686	-	482	78.728	90.896	87.141
(-) Custos de transação		-	-	(580)	(335)	(915)	(1.190)
		11.686	-	(98)	78.393	89.981	85.951
BONDS BRL		8.225	-	-	400.000	408.225	408.224
(-) Custos de transação		-	-	(865)	(2.444)	(3.309)	(3.627)
		8.225	-	(865)	397.556	404.916	404.598
Outros	2% a.a. / 5,5% a.a.	-	-	16	25	41	52
		-	-	16	25	41	52
Total moeda nacional		**115.222**	**42.819**	**814.385**	**3.867.974**	**4.840.400**	**4.823.695**
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	2% a.a. / 4,5% a.a.	-	-	1.308	4.641	5.949	6.205
Operações com swap		-	-	85	(227)	(142)	334
		-	-	1.393	4.414	5.807	6.539
Safra Cayman		22	-	8.559	290.251	298.832	273.156
Operações com swap		-	-	12.170	(28.290)	(16.120)	9.214
		22	-	20.729	261.961	282.712	282.370
BANK OF AMERICA		68	-	(299)	18.293	18.062	16.456
(-) Custos de transação		-	-	305	-	305	-
Operações com swap		-	-	(4.577)	888	(3.689)	(1.731)
		68	-	(4.571)	19.181	14.678	14.725
Banco Tokio		-	-	369	118.609	118.978	-
Operações com swap		-	-	-	2.090	2.090	-
		-	-	369	120.699	121.068	-
Total moeda estrangeira		**90**	**-**	**17.920**	**406.255**	**424.265**	**303.634**
Total		**115.312**	**42.819**	**832.305**	**4.274.229**	**5.264.665**	**5.127.329**

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

a) Captações de recursos no exercício:

Coelba
Eletrobrás – Em 10/01/2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Neste ano foi liberado o montante de R$ 30.514.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em 26/04/2012 o montante de R$ 70.000 para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio e novembro de 2011.

Celpe
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R$ 38.410 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março de 2011.

Cosern
Ingresso de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 12.000, para financiamento dos investimentos realizados no 2º trimestre de 2012, provenientes do contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011.

Termope
Em 21 de maio de 2012, a controlada realizou captação de recursos no montante de R$ 120.000, para pré-pagamento de sua dívida com o BNDES e cobertura de caixa. A captação foi realizada em moeda estrangeira junto ao Banco Tokyo-Mitsubishi, com swap para taxa de 110% do CDI, prazo de 5 anos, pagamento de principal ao final do contrato, pagamentos de juros trimestrais. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval.

Cia. Telespires
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 450.000 este para financiar parte dos investimentos na UHE Teles Pires, provenientes do Contrato de Financiamento empréstimo ponte Nº 11.2.1225.1 assinado em 14 dezembro de 2011 e aditado em 13 junho de 2012, sendo esta amortização bullet.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os títulos externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Na demonstração contábil intermediária de 30 de junho de 2012 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/06/12			31/12/11		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2013	242.235	(2.785)	239.450	464.934	(6.053)	458.881
2014	1.122.406	(4.164)	1.118.242	1.128.497	(4.657)	1.123.840
2015	934.426	(2.178)	932.248	910.561	(2.581)	907.980
2016	792.625	(822)	791.803	765.323	(751)	764.572
2017	426.307	(315)	425.992	276.803	(258)	276.545
Após 2017	809.605	(292)	809.313	783.566	(134)	783.432
Total	4.327.604	(10.556)	4.317.048	4.329.684	(14.434)	4.315.250

d) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	780.955	4.042.740	31.124	272.510	5.127.329
Ingressos	78.902	150.924	-	120.000	349.826
Encargos	177.888	29.818	4.512	-	212.218
Variação monetária e cambial	-	-	511	22.142	22.653
Swap	-	(5.476)	902	(12.702)	(17.276)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	568	(2.976)	4.873	2.465
Transferências	282.277	(289.298)	568	(568)	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(392.734)	(19.127)	(16.631)	-	(428.492)
(-) Custos de transação	2.319	644	-	-	2.963
Saldos em 30 de junho de 2012	929.607	3.910.793	18.010	406.255	5.264.665

20. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Para as debêntures foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

							Consolidado				
							30/06/12				31/12/11
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%	IGPM+13,95% a.a.	540	6.269	5.420	12.229	17.470
	Operações com swap						-	15.161	13.422	28.583	40.398
							540	21.430	18.842	40.812	57.868
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		1.282	78.641	117.997	197.920	238.116
	(-) Custos de transação						-	(303)	(195)	(498)	(705)
						Não aplicável.	1.282	78.338	117.802	197.422	237.411
	7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		191	80.000	-	80.191	80.280
	(-) Custos de transação						-	(49)	-	(49)	(95)
							191	79.951	-	80.142	80.185
CELPE	2ª Emissão	1ª	-	108,5% do CDI	15,27% a.a	Não aplicável	2.196	97.959	48.980	149.135	199.690
	(-) Custos de transação						-	(400)	(23)	(423)	(808)
							2.196	97.559	48.957	148.712	198.882
	3ª Emissão	Única	-	105% do CDI	13,67% a.a	Não aplicável	194	83.001	-	83.195	83.296
	(-) Custos de transação						-	(23)	-	(23)	(76)
							194	82.978	-	83.172	83.220
	4ª Emissão	Única	-	111,3% do CDI	14,65%	Não aplicável	6.196	7	352.204	358.407	360.352
	(-) Custos de transação						-	(311)	(860)	(1.171)	(1.324)
							6.196	(304)	351.344	357.236	359.028
COSERN	4ª Emissão	Única	-	CDI + 0,6% a.a		Não aplicável	(10)	(613)	(923)	(1.546)	108.210
	(-) Custos de transação						592	36.352	54.544	91.488	(529)
	Operações com swap						-	(227)	(146)	(373)	-
							582	35.512	53.475	89.569	107.681
TERMOPE	2ª emissão	1ª	-	105% CDI a.a		Não aplicável	1.363	102.000	166.000	269.363	318.177
	(-) Custos de transação						-	(385)	(625)	(1.010)	(1.176)
							1.363	101.615	165.375	268.353	317.001
ITAPEBI	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			3.293	10	187.753	191.056	192.090
	(-) Custos de transação						-	(157)	(442)	(599)	(677)
						Não aplicável	3.293	(147)	187.311	190.457	191.413
TELES PIRES	1ª Emissão			CDI + 0,7% a.a.		Não aplicável	3.389	-	651.328	654.717	-
							3.389	-	651.328	654.717	-
Total							19.226	496.932	1.594.434	2.110.592	1.632.689

a) Captações de recursos no exercício:

Telespires Participação
1º Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS – montante de R$ 650.000 para financiamento parte dos investimentos na UHE Teles Pires, proveniente do instrumento particular da primeira emissão privada de debêntures simples, assinado em maio de 2012, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 0,7% a.a. e juros pagos semestralmente a partir de novembro de 2015. Foram dadas como garantia, a garantia fidejussória da fiadora Neoenergia e como garantia real a conta reserva a ser mantida pela emissora.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado financeiro maior ou igual a 2.

Na demonstração contábil intermediária de 30 de junho de 2012 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/06/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2012	39.943	(102)	39.841	-	-	-
2013	225.752	(637)	225.115	417.426	(1.413)	416.013
2014	138.810	(961)	137.849	243.218	(1.014)	242.204
2015	229.278	(374)	228.904	216.646	(365)	216.281
2016	271.133	(188)	270.945	216.646	(241)	216.405
2017	161.284	(29)	161.255	108.328	(67)	108.261
Após 2017	530.525	-	530.525	-	-	-
Total	1.596.725	(2.291)	1.594.434	1.202.264	(3.100)	1.199.164

d) Mutação das debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	433.525	1.199.164	1.632.689
Ingressos	-	649.968	649.968
Encargos	79.065	1.360	80.425
Variação monetária e cambial	401	40	441
Swap	1.167	1.574	2.741
Efeito cumulativo marcação a mercado	(184)	27	(157)
Transferências	258.546	(258.546)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(257.200)	-	(257.200)
(-) Custos de transação	838	847	1.685
Saldos em 30 de junho de 2012	516.158	1.594.434	2.110.592

21. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Salários	12.114	11.496
Encargos sociais	8.803	7.473
Provisões férias e 13° salário	33.347	26.219
Encargos sobre provisões de férias e 13° salário	8.184	8.410
Provisão PLR	18.060	10.851
Outros	1.039	990
Total	81.547	65.439

22. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

		Consolidado	
	Ref.	30/06/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR		30.704	22.020
Conta de Consumo de Combustível – CCC		22.592	38.123
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		6.253	5.640
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		4.284	4.189
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		1.283	1.304
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	131.629	114.904
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	219.532	191.679
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.619	1.682
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		2.466	2.798
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		3.669	7.723
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		3.899	2.448
Total		427.930	392.510
Passivo circulante		344.700	289.856
Passivo não circulante		83.230	102.654

(a) A Coelba, Celpe e Cosern reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008. Os valores desembolsados referentes aos projetos que já foram iniciados estão registrados na conta contábil Serviços em curso no ativo circulante e são liquidados quando da finalização de cada projeto.

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Circulante				
Imposto de Renda - IR	4.543	11.235	75.714	22.909
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	41	-	75.131	8.701
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	1	1	176.357	188.616
Programa de Integração Social - PIS	2	1.055	15.587	15.880
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23	4.861	70.572	72.037
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	72	100	11.655	12.506
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	2	9	2.215	2.510
IOF	121	121	121	121
Imposto sobre Serviços - ISS	3	10	7.884	7.432
Parcelamento de Tributos	17	30	18	1.020
Outros	-	-	12.250	10.909
	4.825	17.422	447.504	342.641
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	5.621	7.275
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	2.941	2.361
Programa de Integração Social - PIS	-	-	304	292
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	427	415
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	-	115
	-	-	9.293	10.458
Total	4.825	17.422	456.797	353.099

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos e a recolher quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e serão compensados com os saldos de impostos e contribuições a compensar quando da entrega da declaração anual do imposto de renda (vide nota explicativa nº 10).

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração e Ata da Assembleia Geral Ordinária, foram aprovadas as declarações de juros sobre capital próprio e dividendos, referentes ao período até 30 de junho de 2012, da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
2012			
RCA de março de 2012	JSCP	78.985	0,01350024
AGO de 24 de abril de 2012	Dividendos	194.023	0,03316272
RCA de 29 de junho de 2012	JSCP	56.893	0,00972424
		329.901	

A formação dos saldos é como segue:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2011	133.910
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	329.901
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(10.393)
Pagos no período	(400.877)
Saldos em 30 de junho de 2012	52.541

25. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119.531	85.050	101.739	12.197	318.517
Constituição	21.431	18.986	3.333	-	43.750
Baixas/reversão	(19.796)	(21.030)	(66)	(349)	(41.241)
Remuneração	9.778	5.931	566	(47)	16.228
Saldos em 30 de junho de 2012	130.944	88.937	105.572	11.801	337.254

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência trabalhista	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/06/12	Valor provisionado 31/12/11
Ex-empregados da companhia		55.442	1ª, 2ª e 3ª	Provável	55.442	48.094
		220.284	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		166.925	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de empreiteiras		62.166	1ª, 2ª e 3ª	Provável	62.166	57.606
		233.018	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		65.488	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		13.336	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13.336	13.831
		53.759	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		11.127	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		881.545			130.944	119.531

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência cível	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/06/12	Valor provisionado 31/12/11
Clientes – tarifas plano cruzado	(a)	16.654	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16.654	17.638
		2.572	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.464	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	42.280	1ª, 2ª e 3ª	Provável	42.280	38.325
		593.142	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		14.242	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	10.191	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.191	10.176
		51.905	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.077	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	3.952	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.952	3.402
		50.987	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		15.371	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		7.252	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.252	6.910
		82.520	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.348	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		15	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15	14
		2.281	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		86	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		4.894	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.417	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		1.466	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.466	1.107
		5.674	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		211	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário ações		833	1ª, 2ª e 3ª	Provável	833	2.382
		1.474	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de energia elétrica		15	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15	16
		2.020	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(e)	6.279	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.279	5.080
		144.800	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		92.960	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		1.169.388			88.937	85.050

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(d) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

(e) Outras - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência fiscal	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/06/12	Valor provisionado 31/12/11
ICMS	(a)	929	1ª, 2ª e 3ª	Provável	929	895
		423.206	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	2.505	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.505	2.432
		44.844	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		17.634	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF	(c)	2.980	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.725	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(d)	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		65.862	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8.970	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU	(e)	3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		3.065	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.640	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(f)	17.715	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS		88.615	1ª, 2ª e 3ª	Provável	88.615	85.778
	(g)	111.858	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(h)	441	1ª, 2ª e 3ª	Provável	441	433
		24.440	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.581	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(i)	490	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		1.079.070	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		266.578	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(j)	8.958	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.958	8.614
		988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		36	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(k)	2.309	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		271	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(l)	4.970	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		447	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas	(m)	5.276	Administrativa	Possível	-	-
		4.277	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(n)	4.687	Judicial	Possível	-	-
Outras	(o)	3.447	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.447	2.910
		63.760	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.596	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		2.287.358			105.572	101.739

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS - Na Cosern referem-se a diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996, aonde os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos e que a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

Na Celpe refere-se à (i) autos de infração contra a Companhia decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Celpe reconheceu o crédito e impugnou o auto de infração; (ii) auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Celpe não reconheceu o débito e impugnou o auto de infração; (iii) autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções; e (iv). auto de infração contra a Celpe em 09/2011 no montante de R$ 213.546 mil decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

Na Coelba, refere-se à (i) Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício; (ii) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa; (iii) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação; e (iv) Autos de Infração lavrados pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação

administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia.

(b) ISS – Na Coelba refere-se a autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Coelba entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa. Na Celpe, refere-se à discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

(c) CPMF – Na Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A Coelba procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A Coelba impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

(d) CSLL – Na Coelba, refere-se ao Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Coelba interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas tem sido favoráveis as contribuintes.

(e) IPTU – Na Coelba refere-se a demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(f) REFIS – Refere-se à divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Coelba. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Coelba utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário

(g) PIS/COFINS – Coelba - correspondem a (i) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Coelba apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais –

CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal; (ii) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

(h) COFINS – Refere-se ao processo judicial onde a Cosern busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a Coelba protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(i) IRPJ - Autos de infração contra a Celpe sobre lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. Na Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Coelba interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002. Autos de infração na Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco, decorrentes da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia. As controladas entendem ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n.º 01/2002. Adicionalmente, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco houve autos de infração decorrentes da não adição da despesa de ágio contabilizado no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. As controladas apresentaram impugnação, pois entendem que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(j) INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na Coelba, referem-se notificações fiscais de lançamento de débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Coelba apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil referente

aos casos em que a Coelba não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços

(k) ITD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA contra a Coelba cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Coelba protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações

(l) CIDE - Autos de infração lavrados pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Coelba apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(m) Taxas diversas – Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

(n) Incentivo Fiscal Sudene – Coelba - corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

(o) Outras – Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência ambiental	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/06/12	Valor provisionado 31/12/11
Licença ambiental		11.801	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.801	12.197
Total		11.801			11.801	12.197

A Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação da UHE Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse

acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Consolidado	
	Ref	30/06/12	31/12/11
Consumidores	(a)	62.778	67.506
Empregados - adiantamento acordo coletivo		32	45
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b)	10.408	13.146
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.709	6.548
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Convênios		3.116	169
Caução em garantia	(c)	83.601	63.050
FGTS conta empresa		336	336
Encargos CBEE		1.831	1.868
Taxa iluminação pública - TIP	(d)	11.494	8.466
Adiantamentos recebidos	(e)	58.262	45.759
Devolução recursos - ELETROBRÁS	(f)	-	70.189
Outras		17.525	15.777
Total		**256.385**	**293.152**
Circulante		205.876	256.090
Não circulante		50.509	37.062

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(e) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

(f) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos, o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos estão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de lucro

Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do semestre, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente, no semestre findo em 30 de junho de 2012, os valores de R$ 83.417, R$ 7.566, R$ 27.323, R$ 20.459 e R$ 0 (R$ 76.557, R$ 20.332, R$ 6.505, R$ 3.627 e R$ 9.465 em 30 de junho de 2011, respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no lucro da exploração. Em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Em 30 de junho de 2012, a Neoenergia mantém em seu patrimônio líquido reserva de retenção de lucros, no montante de R$ 5.551.907 (R$ 5.551.907 em 31 de dezembro de 2011) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A., visando a realização de investimentos futuros.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS1), inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) líquida dos efeitos tributários.

28. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida da controladora e consolida por natureza e suas deduções:

		Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	Ref.	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Fornecimento de energia elétrica	(a)	1.520.260	1.239.870	3.005.282	2.294.156
Receita de operação e manutenção		1.351.535	1.210.047	2.672.631	2.238.865
Remuneração financeira wacc		168.725	29.823	332.651	55.291
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	25.095	16.899	41.868	54.660
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.949.679	1.760.694	3.819.493	3.484.552
Receita de operação e manutenção		1.925.471	1.751.674	3.774.445	3.468.668
Remuneração financeira wacc		24.208	9.020	45.048	15.884
Receita de concessão		7.665	6.628	15.196	12.284
Receita de construção da infraestrutura da concessão		389.447	280.067	744.252	602.867
Outras receitas	(d)	41.235	31.418	91.433	64.869
Total receita bruta		3.933.381	3.335.576	7.717.524	6.513.388
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(1.164.069)	(1.027.692)	(2.318.667)	(2.023.672)
Total		2.769.312	2.307.884	5.398.857	4.489.716

(a) Fornecimento de energia - A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
					Períodos de três meses findos em	
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.277.264	8.065.753	2.808.556	2.618.944	1.279.869	1.064.073
Industrial	37.776	39.571	1.226.055	1.657.372	432.523	477.193
Comercial	589.009	584.635	1.501.372	1.408.409	747.155	651.228
Rural	442.592	435.343	622.504	382.031	138.825	102.197
Poder público	81.787	80.105	385.165	351.261	176.222	150.931
Iluminação pública	27.045	26.345	340.845	329.142	80.308	69.677
Serviço público	13.799	12.665	423.300	370.889	121.761	103.734
Consumo próprio	719	668	8.196	8.182	-	-
Suprimento	135	141	1.927.794	1.795.601	243.346	172.058
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	2.592	22.405
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	-	-	-	-	(1.851.991)	(1.682.074)
	9.470.126	9.245.226	9.243.787	8.921.831	1.370.610	1.131.422
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	149.650	108.448
Total	9.470.126	9.245.226	9.243.787	8.921.831	1.520.260	1.239.870

(*) Informações não auditadas

	Consolidado					
					Períodos de seis meses findos em	
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.277.264	8.065.753	5.690.207	5.450.046	2.575.692	2.131.520
Industrial	37.776	39.571	2.520.976	3.051.079	855.540	907.264
Comercial	589.009	584.635	3.037.764	2.893.481	1.469.199	1.283.290
Rural	442.592	435.343	1.165.098	881.774	256.847	193.842
Poder público	81.787	80.105	751.188	701.796	333.936	289.280
Iluminação pública	27.045	26.345	668.799	657.331	154.984	140.397
Serviço público	13.799	12.665	848.450	792.611	234.990	201.609
Consumo próprio	719	668	16.418	16.300	-	-
Suprimento	135	141	3.865.160	3.670.308	452.994	255.109
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	9.290	21.000
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	-	-	-	-	(3.624.642)	(3.339.609)
	9.470.126	9.245.226	18.564.060	18.114.726	2.718.830	2.083.702
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	286.452	210.454
Total	9.470.126	9.245.226	18.564.060	18.114.726	3.005.282	2.294.156

(*) Informações não auditadas

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE - Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição - A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de

distribuição.

		Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Tarifa de uso do sistema elétrico de distribuição		1.714	8.736	3.899	10.005
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre		95.974	69.882	190.951	134.938
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(1)	1.851.991	1.682.076	3.624.643	3.339.609
Total		1.949.679	1.760.694	3.819.493	3.484.552

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "tusd média" calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Controladora			
	Períodos de três meses findos		Períodos de seis meses findos	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Arrendamentos e aluguéis	868	367	1.681	1.327
Total	868	367	1.681	1.327

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	5.029	8.188	9.943	11.578
Arrendamentos e aluguéis	15.125	11.553	29.423	22.892
Serviço taxado	4.948	2.449	9.259	5.169
Taxa de iluminação pública	4.146	3.719	8.187	7.513
Administração de faturas de fraudes	(5.224)	(3.129)	(4.014)	(282)
Comissão serviço terceiros	1.009	1.067	2.050	2.550
Multa infração consumidor	(61)	2.561	5.615	5.342
Fornecimento de vapor	10.027	-	21.000	-
Outras receitas	6.236	5.010	9.970	10.107
Total	41.235	31.418	91.433	64.869

(e) Deduções da receita bruta - As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
IMPOSTOS:				
PIS	(14)	-	(27)	-
COFINS	(66)	-	(128)	-
Total	(80)	-	(155)	-

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
Deduções da receita bruta	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Impostos:				
ICMS	(662.498)	(576.643)	(1.314.075)	(1.131.614)
PIS	(61.195)	(50.947)	(118.855)	(100.968)
COFINS	(281.945)	(234.844)	(547.563)	(465.363)
ISS	(2.377)	(2.241)	(4.698)	(3.645)
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(31.831)	(24.274)	(61.277)	(47.981)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(18.869)	(17.000)	(37.733)	(34.002)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(69.140)	(97.030)	(169.309)	(187.927)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(14.640)	(7.870)	(24.008)	(16.829)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(4.144)	(3.143)	(7.887)	(6.721)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(2.072)	(1.572)	(3.944)	(3.360)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.227)	(5.964)	(13.888)	(12.240)
Encargos do consumidor - PROINFA	(1.157)	(953)	(2.081)	(1.948)
Encargos do consumidor - Tesouro Nacional	(6.215)	(4.715)	(11.832)	(10.081)
Outros	(759)	(496)	(1.517)	(993)
Total	(1.164.069)	(1.027.692)	(2.318.667)	(2.023.672)

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
Despesas	30/06/2012	30/06/11	30/06/2012	30/06/11
Pessoal	352	(13)	(774)	(892)
Administradores	(1.656)	(2.403)	(1.546)	(2.403)
Entidade de previdência privada	66	(57)	(110)	(111)
Material	(21)	(6)	(24)	(15)
Serviços de terceiros	(602)	(880)	(2.013)	(1.655)
Depreciação e amortização	(816)	(1.199)	(1.611)	(1.692)
Arrendamentos e aluguéis	(74)	(36)	(86)	(38)
Tributos	(22)	(12)	(43)	(101)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	42	-	42
Outros	(1.484)	(2.220)	(1.901)	(4.084)
Total das despesas	(4.257)	(6.784)	(8.108)	(10.949)

	Consolidado				
				Períodos de três meses findos em	
	30/06/12				30/06/11
Custos / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(38.116)	(25.411)	(48.083)	(111.610)	(104.731)
Administradores	(136)	-	(3.637)	(3.773)	(5.266)
Entidade de previdência privada	(2.320)	(910)	(602)	(3.832)	(5.663)
Material	(5.461)	(550)	(663)	(6.674)	(11.889)
Combustível para produção de energia	(60.692)	-	-	(60.692)	(45.674)
Serviços de terceiros	(66.238)	(67.677)	(39.434)	(173.349)	(133.621)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(4.272)	(1.005)	-	(5.277)	(5.089)
Outorga da concessão pela utilização do bem público	-	-	-	-	(243)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(174)	-	-	(174)	-
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(3.940)	-	-	(3.940)	(1.933)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.084.329)	-	-	(1.084.329)	(739.990)
Encargos de uso do sistema transmissão	(147.593)	-	-	(147.593)	(125.419)
Depreciação e amortização	(118.168)	(20.505)	(7.719)	(146.392)	(138.218)
Arrendamentos e alugueis	(1.328)	(223)	(1.775)	(3.326)	(2.923)
Tributos	(184)	(188)	(419)	(791)	(2.514)
Provisões líquidas - PCLD	(24.694)	(81.995)	-	(106.689)	(8.256)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(27.600)	-	(27.600)	(21.328)
Provisões líquidas - contingências	(56.409)	56.260	(331)	(480)	(5.822)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(389.447)	-	-	(389.447)	(280.608)
Alienação / desativação de bens e direitos	(70)	-	(4.575)	(4.645)	(328)
Outros	(3.998)	(2.679)	(17.393)	(24.070)	(22.974)
Total custos / despesas	(2.007.569)	(172.483)	(124.631)	(2.304.683)	(1.662.489)

	Consolidado				
				Períodos de seis meses findos em	
	30/06/12				30/06/11
Custos / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(84.260)	(52.010)	(93.535)	(229.805)	(222.926)
Administradores	(136)	-	(5.736)	(5.872)	(7.123)
Entidade de previdência privada	(5.366)	(1.796)	(3.384)	(10.546)	(10.833)
Material	(10.885)	(949)	(1.218)	(13.052)	(13.987)
Combustível para produção de energia	(107.944)	-	-	(107.944)	(77.585)
Serviços de terceiros	(138.669)	(135.652)	(79.023)	(353.344)	(259.444)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(8.533)	(2.004)	-	(10.537)	(9.983)
Outorga da concessão pela utilização do bem público	-	-	(24)	(24)	(324)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(568)	-	-	(568)	-
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(9.109)	-	-	(9.109)	(4.675)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.907.253)	-	-	(1.907.253)	(1.489.434)
Encargos de uso do sistema transmissão	(295.476)	-	-	(295.476)	(248.142)
Depreciação e amortização	(224.731)	(37.998)	(16.061)	(278.790)	(267.462)
Arrendamentos e alugueis	(2.612)	(458)	(3.692)	(6.762)	(5.646)
Tributos	(1.014)	(2.097)	(1.970)	(5.081)	(4.939)
Provisões líquidas - PCLD	(44.654)	(176.183)	-	(220.837)	(12.137)
Perdas conta a receber/consumidores	(27.279)	(49.005)	-	(76.284)	(38.367)
Provisões líquidas - contingências	(108.886)	108.737	1.467	1.318	(9.997)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(744.252)	-	-	(744.252)	(602.869)
Alienação / desativação de bens e direitos	(70)	-	(8.354)	(8.424)	(3.837)
Outros	(8.159)	(4.990)	(35.140)	(48.289)	(41.325)
Total custos / despesas	(3.729.856)	(354.405)	(246.670)	(4.330.931)	(3.331.035)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos		Períodos de seis meses findos	
Receita Financeira	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Renda de aplicações financeiras	62.851	76.432	137.563	154.993
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	(3.561)	(2.304)	-	-
Outras receitas financeiras	5.974	7.311	5.974	7.311
Total	65.264	81.439	143.537	162.304

	Controladora			
	Períodos de três meses findos		Períodos de seis meses findos	
Despesa Financeira	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Outras despesas financeiras	(1.771)	(8.338)	(3.545)	(16.321)
Total	(1.771)	(8.338)	(3.545)	(16.321)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos		Períodos de seis meses findos	
Receita Financeira	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Renda de aplicações financeiras	91.428	115.980	201.241	221.353
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	39.897	41.799	87.615	70.599
Variação monetária	21.178	24.047	43.174	60.597
Variação cambial	152	16.418	28.568	27.176
Operações swap	36.945	7.021	57.390	15.203
Outras receitas financeiras	10.670	4.446	20.080	16.677
Total	200.270	209.711	438.068	411.605

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos		Períodos de seis meses findos	
Despesa financeira	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Encargos de dívida	(124.680)	(129.263)	(259.467)	(218.722)
Variação monetária	(26.091)	(28.175)	(51.809)	(81.806)
Variação cambial	(33.954)	(1.250)	(53.092)	(3.428)
Operações swap	(12.765)	(35.213)	(48.871)	(59.358)
Multas regulatórias	(11.690)	(16.135)	(29.735)	(27.827)
Perda acréscimos moratórios	(10.366)	-	(10.366)	-
Outras despesas financeiras	(13.936)	(16.820)	(45.678)	(57.945)
Total	(233.482)	(226.856)	(499.018)	(449.086)

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Controladora

			30/06/12			31/12/11		30/06/11
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA		Dividendos	250.609	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	25.001	-	-
		Adiantamento - AFAC	2.402	-	-	2.402	-	-
		Aluguel/Comodato	83	262	-	78	11	-
			253.094	262	-	27.481	11	-
CELPE		Dividendos	52.019	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	20.083	-	-	20.083	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	87	-	-	1.081	-	-
		Aluguel/Comodato	50	-	-	47	-	-
			72.239	-	-	21.211	-	-
COSERN		Dividendos	25.744	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.411	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	14	-	-	201	-	-
		Aluguel/Comodato	-	-	-	17	-	-
			25.758	-	-	4.629	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos	29.880	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	6.073	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
			29.880	-	-	6.075	-	-
TERMOAÇU		Aluguel/Comodato	516	-	-	-	-	-
			516	-	-	-	-	-
ITAPEBI		Juros sobre capital próprio	-	-	-	2.117	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	109	-	-	1.356	-	-
		Aluguel/Comodato	66	-	-	62	-	-
			175	-	-	3.535	-	-
GERAÇÃO CIII		Dividendos	21.407	-	-	5.352	-	-
			21.407	-	-	5.352	-	-
NC ENERGIA		Dividendos	29.252	-	-	29.238	-	-
		Aluguel/Comodato	33	-	-	31	-	-
		Outros	-	55	-	343	22	-
			29.285	55	-	29.612	22	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		Dividendos	13	-	-	2	-	-
		Adiantamento - AFAC	4.700	-	-	2.802	-	-
			4.713	-	-	2.804	-	-
GARTER		Adiantamento - AFAC	2	-	-	2	-	-
			2	-	-	2	-	-
BAGUARI I		Dividendos	9.695	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	2.210	-	-	2.210	-	-
			11.905	-	-	2.210	-	-
BAHIA PCH I		Dividendos	15.218	-	-	10.364	-	-
		Contrato de mútuo	-	-	-	20.970	-	-
			15.218	-	-	31.334	-	-
BAHIA PCH II		Outros	2.153	-	-	2.153	-	-
			2.153	-	-	2.153	-	-
BAHIA PCH III		Outros	1.249	-	-	1.207	-	-
			1.249	-	-	1.207	-	-
RIO PCH I		Dividendos	7.524	-	-	2.186	-	-
			7.524	-	-	2.186	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Juros sobre capital próprio	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
GOIAS SUL		Adiantamento - AFAC	750	-	-	750	-	-
			750	-	-	750	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL		Adiantamento - AFAC	1.380	-	-	711	-	-
		Outros	7	-	-	2	-	-
			1.387	-	-	713	-	-
SE NARANDIBA		Dividendos	63	-	-	16	-	-
		Contrato de mútuo	6.045	-	-	5.693	-	-
		Adiantamento - AFAC	3.200	-	-	-	-	-
			9.308	-	-	5.709	-	-
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Outros	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/06/12 Ativo	30/06/12 Passivo	30/06/12 Resultado	31/12/11 Ativo	31/12/11 Passivo	30/06/11 Resultado
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos	-	-	-	1.572	-	-
			-	-	-	1.572	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos	-	-	-	4.415	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	4.417	-	-
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES		Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.765	-	-
			-	-	-	4.765	-	-
ÁGUAS DA PEDRA		Dividendos	-	-	-	9.657	-	-
			-	-	-	9.657	-	-
CIA. TELES PIRES		Outros	-	-	-	-	1.000	-
			-	-	-	-	1.000	-
ENERGY WORKS		Dividendos	18.335	-	-	4.584	-	-
			18.335	-	-	4.584	-	-
CALANGO 1		Contrato de mútuo	-	-	-	660	-	-
			-	-	-	660	-	-
CALANGO 2		Contrato de mútuo	-	-	-	660	-	-
			-	-	-	660	-	-
CALANGO 3		Contrato de mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
CALANGO 4		Contrato de mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
CALANGO 5		Contrato de mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
MEL 2		Contrato de mútuo	-	-	-	7.823	-	-
			-	-	-	7.823	-	-
ARIZONA 1		Contrato de mútuo	-	-	-	914	-	-
			-	-	-	914	-	-
CAETITÉ 1		Contrato de mútuo	-	-	-	1.421	-	-
			-	-	-	1.421	-	-
CAETITÉ 2		Contrato de mútuo	-	-	-	3.256	-	-
			-	-	-	3.256	-	-
CAETITÉ 3		Contrato de mútuo	-	-	-	1.421	-	-
			-	-	-	1.421	-	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Juros sobre capital próprio	-	12.652	-	-	32.253	-
			-	12.652	-	-	32.253	-
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	18.860	-	-	48.068	-
			-	18.860	-	-	48.068	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	5.799	-	-	14.774	-
			-	5.799	-	-	14.774	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Juros sobre capital próprio	-	15.230	-	-	38.815	-
			-	15.230	-	-	38.815	-
521 Participações S.A.		Outros	-	-	-	15	-	-
			-	-	-	15	-	-

Consolidado

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/06/12 Ativo	30/06/12 Passivo	30/06/12 Resultado	31/12/11 Ativo	31/12/11 Passivo	30/06/11 Resultado
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	827	-
	(e)	Aplicações financeiras	89.576	-	-	252.232	-	-
	(d)	Empréstimos e financiamentos	-	284.055	(18.360)	-	254.217	-
			89.576	284.055	(18.360)	252.232	255.044	-
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição patronal	-	-	(4.617)	-	-	(811)
			-	-	(4.617)	-	-	(811)
Celpos	(c)	Contrato de mútuo	-	145.094	(8.330)	-	147.277	(10.464)
		Contribuição patronal	-	146.139	(918)	-	147.456	(807)
			-	291.233	(9.248)	-	294.733	(11.271)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	474	-	-	156	-
		Juros sobre capital próprio	-	14.098	-	-	33.778	(168)
			-	14.572	-	-	33.934	(168)
Iberdrola Energia S.A		Prestação de serviço	-	234	(21.797)	-	-	-
		Dividendos	-	2.745	-	-	579	-
		Juros sobre capital próprio	-	24.221	-	-	51.370	(649)
		Reembolso de despesa	-	-	-	34	4.339	(15.485)
			-	27.200	(21.797)	34	56.288	(16.134)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	5.799	-	-	14.774	-
			-	5.799	-	-	14.774	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Juros sobre capital próprio	-	15.230	-	-	38.815	-
			-	15.230	-	-	38.815	-
521 Participações S.A.		Outros	-	-	-	15	-	-
			-	-	-	15	-	-
Amara Brasil	(b)	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-
	(b)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	457	(1.851)	-	951	(1.345)
			-	457	(1.851)	-	951	(1.345)
Performace Participações		Dividendos	-	-	-	-	1.305	-
			-	-	-	-	1.305	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	10.639	-	-	12.207	(13)
		Juros sobre capital próprio	-	76	-	-	1.210	-
			-	10.715	-	-	13.417	(13)

(a) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(b) Refere-se à administração e logística de almoxarifado prestado pela Amara às controladas do grupo Neoenergia, corrigido anualmente pela IPCA, com diversos contratos com vigência até 2011.

(c) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

(d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2

com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

(e) Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para o semestre findo em 30 de junho de 2012 é R$ 1.664 (R$ 2.552 em 30 de junho de 2011) na controladora e no consolidado no montante de R$ 5.117 (R$ 7.788 em 30 de junho de 2011), o qual é considerado benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de junho de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantidos para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

- Contas a receber de clientes e demais contas a receber - decorrem diretamente das operações das controladas, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações das controladas e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de

fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial - coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

- ► Instrumentos financeiros derivativos

- ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/06/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.946.335	3.946.335	4.074.308	4.074.308
Títulos e valores mobiliários	870.324	870.324	477.344	477.344
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (a)	2.767.876	2.767.876	3.000.172	3.000.172
Fundos vinculados	76.819	76.819	75.075	75.075
Passivo				
Fornecedores	(973.162)	(973.162)	(870.046)	(870.046)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(590.652)	(590.652)	(372.471)	(372.471)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(4.280.997)	(4.280.997)	(4.469.146)	(4.469.146)
Debêntures em moeda nacional	(2.093.708)	(2.093.076)	(1.574.819)	(1.596.562)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(438.078)	(438.078)	(313.288)	(313.288)
Instrumentos financeiros derivativos	28.178	28.178	(30.294)	(30.294)

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI, swap Euro para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da do Grupo Neoenergia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

As operações de “hedge” são contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas contabilizaram os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia e suas controladas foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco:

► Riscos financeiros

✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexadas a variação cambial captadas no mercado. A Companhia e suas controladas, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Coelba - No semestre findo em 30 de junho de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R$ 21.824 (R$ 23.032, resultado negativo em 30 de junho de 2011).

Celpe - No semestre findo em 30 de junho de 2012 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R$ 9.570 (R$ 21.432, resultado positivo em 30 de junho de 2011).

Termopernambuco - Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda estrangeira Junto ao Banco Tokio, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 110,% da taxa DI.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia.

		Efeitos	
	Variação na taxa do US$	No resultado	No patrimônio líquido
2012	-14,66%	(1.100)	(1.100)
2011	15,19%	1.530	1.530

- ✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

		Efeitos	
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
30/06/2012			
Ativos financeiros			
CDI	(34)	(15.341)	(15.341)
SELIC	(27)	(643)	(643)
Passivos financeiros			
CDI	(34)	10.031	10.031
IGPM	62	(355)	(355)
30/06/2011			
Ativos financeiros			
CDI	5	465	465
SELIC	15	10	10
Passivos financeiros			
CDI	5	(1.283)	(1.283)
IGPM	68	(1.541)	(1.541)

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- ✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo e suas controladas não honrarem com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de

captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de junho 2012 o Grupo mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 4.728.714, sendo R$ 3.783.281 em fundos exclusivos e R$ 9.45.433 em outros ativos, além de R$ 164.764 de aplicações no longo prazo.

► Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as controladas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

► Gestão do capital social

A Companhia e suas controladas promovem a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO													
	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
RECEITA LÍQUIDA	4.981.427	4.277.747	673.994	604.356	13.488	15.444	268.531	209.164	13.929	9.840	(552.512)	(626.835)	5.398.857	4.489.716
CUSTO DO SERVIÇO	(3.649.506)	(2.956.120)	(386.420)	(337.147)	(3.701)	(5.690)	(233.882)	(204.806)	(8.859)	(6.425)	552.512	628.057	(3.729.856)	(2.882.131)
LUCRO BRUTO	**1.331.921**	**1.321.627**	**287.574**	**267.209**	**9.787**	**9.754**	**34.649**	**4.358**	**5.070**	**3.415**	**-**	**1.222**	**1.669.001**	**1.607.585**
Despesas com vendas	(354.405)	(213.565)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(354.405)	(213.565)
Despesas gerais e administrativas	(214.015)	(192.161)	(25.344)	(31.833)	(601)	(270)	(37)	-	(8.187)	(11.075)	1.514	-	(246.670)	(235.339)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(2.074)	1.734	-	-	2.265	939	583.259	708.230	(584.750)	(710.655)	(1.300)	248
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do Ágio	-	-	-	(292)	-	-	-	-	(48.891)	(49.703)	-	-	(48.891)	(49.995)
IMPOSTOS	**763.501**	**915.901**	**260.156**	**236.818**	**9.186**	**9.484**	**36.877**	**5.297**	**531.251**	**650.867**	**(583.236)**	**(709.433)**	**1.017.735**	**1.108.934**
Receita financeira	257.258	219.861	33.148	25.754	1.723	2.031	2.736	1.608	143.913	162.606	(710)	(255)	438.068	411.605
Despesa financeira	(401.203)	(358.156)	(92.996)	(78.182)	(182)	(532)	(1.005)	(1.234)	(4.098)	(16.761)	466	5.779	(499.018)	(449.086)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**619.556**	**777.606**	**200.308**	**184.390**	**10.727**	**10.983**	**38.608**	**5.671**	**671.066**	**796.712**	**(583.480)**	**(703.909)**	**956.785**	**1.071.453**
Imposto de renda e contribuição social	(99.191)	(121.401)	(37.333)	(32.109)	(1.147)	(1.208)	(12.175)	1.946	(222)	86	-	-	(150.068)	(152.686)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**520.365**	**656.205**	**162.975**	**152.281**	**9.580**	**9.775**	**26.433**	**7.617**	**670.844**	**796.798**	**(583.480)**	**(703.909)**	**806.717**	**918.767**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(138.159)	(123.100)	(138.159)	(123.100)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**520.365**	**656.205**	**162.975**	**152.281**	**9.580**	**9.775**	**26.433**	**7.617**	**670.844**	**796.798**	**(721.639)**	**(827.009)**	**668.558**	**795.667**

34. REAJUSTE TARIFÁRIO

a) COELBA - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas homologadas pela ANEEL entraram em vigor em 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

b) CELPE - A ANEEL aprovou na reunião pública de diretoria realizada em 24 de abril de 2012 o reajuste tarifário anual da Companhia de 7,71%, sendo 7,70% relativo ao reajuste econômico e de 0,01% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 5,41% a ser percebido pelos consumidores.

As novas tarifas entraram em vigor em 29 de abril de 2012 com vigência até 28 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 5,41%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio também foi de 5,41%.

c) COSERN - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.

As tarifas homologadas pela ANEEL entraram em vigor em 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte).

35. SEGUROS

A Companhia e suas controladas têm a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitirem opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual conforme mencionado anteriormente foi determinada unicamente pela administração da companhia e de suas controladas.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de julho de 2012, a Termopernambuco S.A efetuou o pagamento do financiamento de longo prazo, junto ao Banco nacional de desenvolvimento econômico e social (BNDES), no montante de R$ 96.374, no qual o vencimento era em 15 de outubro de 2015. Este pré-pagamento teve como objetivo alongar o prazo e reduzir custos, estando em linha com a política financeira do grupo Neoenergia.